

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

TARCYELMA MARIA DE LIRA SILVA

**A TRAJETÓRIA DO PISTOLEIRO ZÉ CRISPIM E O IMAGINÁRIO
SERTANEJO EM ALAGOAS – ANOS 1960.**

Maceió- AL

2015

TARCYELMA MARIA DE LIRA SILVA

**A TRAJETÓRIA DO PISTOLEIRO ZÉ CRISPIM E O IMAGINÁRIO
SERTANEJO EM ALAGOAS – ANOS 1960.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas, com requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Arrisete Cleide de Lemos Costa.

Maceió- AL

2015

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S586t

Silva, Tarcyelma Maria de Lira.

A trajetória do pistoleiro Zé Crispim e o imaginário sertanejo em Alagoas – Anos 1960 / Tarcyelma Maria de Lira Silva. – 2015.

101 f. : il.

Orientadora: Arrisete Cleide de Lemos Costa.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 91-97.

Anexos: f. 98101.

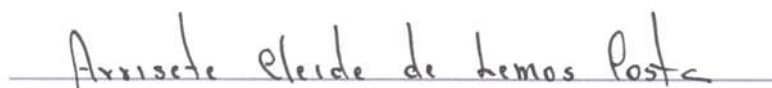
1. Alagoas – Histórias, 1960. 2. Crispim, Zé - Criminosos. 3. Imaginário.
I. Título.

CDU: 981.35

TARCYELMA MARIA DE LIRA SILVA

**A TRAJETÓRIA DO PISTOLEIRO ZÉ CRISPIM E O IMAGINÁRIO
SERTANEJO EM ALAGOAS – ANOS 1960.**

Dissertação de mestrado submetida ao
corpo docente do Programa de Pós-
Graduação em História pela
Universidade Federal de Alagoas e
aprovada em 30 de agosto de 2015.

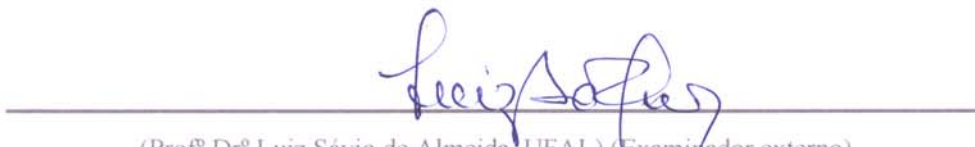


(Prof^ª Dr^ª Arrisete Cleide de Lemos Costa, UFAL) (Orientadora).

BANCA EXAMINADORA



(Prof^º Dr^º Alexandre Torres Fonseca, UFAL) (Examinador Interno).



(Prof^º Dr^º Luiz Sávio de Almeida, UFAL) (Examinador externo).

Dedico a minha avó Isabel Maria de Lira (*em memória*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos meus pais Tarcísio e Margarida, que sempre me apoiaram me dando força e esperança, aos meus irmãos Tarymaks e Tarcyane, por acreditarem nos meus sonhos, ao meu marido Eric por esta do meu lado nos momentos que mais precisei.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História da UFAL, em especial a minha orientadora Prof^a Dr^a Arrisete Cleide de Lemos Costa, pelo seu profissionalismo e dedicação.

Aos meus amigos e colegas de turma Cinthia, Felipe e Anderson, obrigada pelo apoio nas horas difíceis, foi muito importante ter contado com vocês; um sempre ajudando o outro diante das dificuldades. Minha grande amiga Anielle que me deu um suporte na minha viagem à cidade de Palmeira dos Índios-AL.

Um agradecimento especial ao Professor Luiz Sávio de Almeida, por seus ensinamentos, não apenas acadêmicos, seu incentivo, sempre me encorajando. Muito obrigada!

Agradeço aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e os funcionários do Arquivo Público de Alagoas (APA). Todos que me ajudaram sendo entrevistas, fotografias, documentos.

Agradeço a CAPES, pelo suporte financeiro que possibilitou a minha dedicação exclusiva, para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os meus amigos e família.

É que, no sertão, a geologia insinua na paisagem sua própria geografia. Que diz, que em épocas geológicas passadas, o Grande Sertão já foi mar. O Grande Sertão, pois, encerra em sua paisagem uma geografia do imaginário.

Dirceu Lindoso

RESUMO

O estudo versa sobre o imaginário sertanejo referente ao pistoleiro alagoano José Rocha popularmente conhecido como Zé Crispim (1947-1968). Traçando a trajetória de um homem que se envolveu com o mundo do crime, responsável por 16 assassinatos de mando, dentre eles, o de Robson Mendes em 1967 – um político de prestígio no estado – pelo qual ganhou notoriedade. Zé Crispim acaba por se entrelaçar com a política local, partindo deste personagem procuraremos analisar o imaginário popular da figura de Crispim. Construimos fontes e as analisamos pela perspectiva da História Cultural a fim de cartografar os singulares e contraditórios simbolismos em torno pistoleiro e do enigmático episódio político no final da década de 1960, em Alagoas. Desta maneira apontamos problematizações sobre as fluídas relações entre verdade e ficção na construção das narrativas das memórias históricas.

Palavras-Chaves: Zé Crispim. Alagoas. Imaginário.

ABSTRACT

The study deals with the imaginary frontiersman referring to the gunman Alagoas José Rocha popularly known as Zé Crispim (1947-1968). Tracing the trajectory of a man who was involved with the criminal world, responsible for 16 murders of command, among them, the Robson Mendes in 1967 - a prestigious politician in the state - by which gained notoriety. Zé Crispim eventually intertwine with the local policy, based on this character will try to analyze the popular imagination of Crispim figure. We build sources and analyzed from the perspective of cultural history in order to map the unique and contradictory symbolism around gunman and enigmatic political episode in the late 1960s, in Alagoas. Thus we point problematizations on the fluid relationship between truth and fiction in the construction of narratives of historical memories.

Keywords: Zé Crispim. Alagoas. Imaginary.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do jornal de alagoas..... | 37 |
| Quadro 2- Porcentagem da frequência dos índices semânticos nas matérias dos periódicos..... | 38 |
| Quadro 3- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do jornal <i>A Gazeta de Alagoas</i> | 39 |
| Quadro 4- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do <i>Jornal do Brasil</i> | 40 |
| Quadro 5- Modelo da ficha para a análise de conteúdo da peça de teatro “O Processo Crispim” | 58 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| APALCA | Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| IML | Instituto Médico Legal |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MR | Movimento Renovador |
| NHC | Nova História Cultural |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | A TRAJETÓRIA DO PISTOLEIRO ZÉ CRISPIM E O CRIME ESPETÁCULO | 18 |
| 2.1 | Quem foi o pistoleiro Zé Crispim? | 18 |
| 2.2 | A conjuntura histórica dos anos de 1960 | 21 |
| 2.3 | O Assassinato de Robson Mendes | 27 |
| 3 | AS FONTES E O MÉTODO DA PESQUISA HISTÓRICA | 31 |
| 3.1 | As matérias de periódicos | 33 |
| 3.1.1 | <i>O Jornal de Alagoas</i> | 36 |
| 3.1.2 | <i>A Gazeta de Alagoas</i> | 38 |
| 3.1.3 | <i>O Jornal do Brasil</i> | 39 |
| 3.2 | A Revista <i>Realidade</i> | 46 |
| 3.3 | A Peça de Teatro | 49 |
| 3.4 | As Fontes Orais | 59 |
| 3.4.1 | A memória dos populares | 60 |
| 4 | A INTERPRETAÇÃO TEÓRICA: O imaginário na História Cultural | 65 |
| 4.1 | Uma revisão historiográfica | 65 |
| 5 | O SIMBÓLICO E A MISTIFICAÇÃO DO PISTOLEIRO | 72 |
| 5.1 | Religiosidade no cotidiano do sertanejo: os benzendeiros..... | 76 |
| 6 | CONCLUSÃO: Zé Crispim, o herói negativo? | 84 |

| | |
|--------------------------|----|
| REFERÊNCIAS | 91 |
| ANEXOS | 98 |

INTRODUÇÃO

Como já foi dito por Umberto Eco (2007), a introdução serve para demonstrar que “se tem as ideias em ordem.”¹. Portanto, ela contempla uma exposição sucinta dos conteúdos que serão discutidos nos capítulos: as fontes históricas, os principais problemas, as hipóteses da pesquisa, os principais objetivos, as metodologias, as teorias interpretativas e explicativas e as reflexões conclusivas. Todos estes conteúdos serão tratados e discutidos nos capítulos.

Observamos que o imaginário em torno do pistoleiro Zé Crispim é carregado de ambivalências, há o lado trágico e há o lado fantástico, o sagrado e o profano. Preocupam-se com problemas do tipo: é Crispim humano ou sobre-humano? Herói ou anti-herói? Inocente ou culpado? Vítima ou algoz? Considerando essas contraditórias visões sobre José Rocha (Zé Crispim), pretendemos traçar a trajetória do crime de maior difusão cometido por Zé Crispim: o de Robson Mendes, um político de prestígio. O crime ocorreu no dia 07 de março de 1967, na localidade de Mata-Burro, município de Minador do Negrão, no Estado de Alagoas. Todavia, não intencionamos realizar esta pesquisa para julgar (condenando ou absolvendo) o pistoleiro Zé Crispim, pois, como afirma Marc Bloch, “[...] à força de julgar, acaba-se, quase fatalmente, por perder o gosto de explicar.” (BLOCH, 2002, p. 128). Portanto, consideramos que a oportunidade de tratar deste tema permitiu descrever e analisar o crime de Zé Crispim como um acontecimento que ficou no imaginário popular, envolto em *representações* difusas e mistificado – inserido na cultura sertaneja e marcado pela memória coletiva.

No primeiro capítulo traçamos a trajetória biográfica do “pistoleiro” Zé Crispim, iniciando com um resumo das discussões sobre trajetórias biográficas, abordando o desenvolvimento histórico do gênero na modernidade Ocidental. Demonstramos como as trajetórias individuais tornam-se tema central na historiografia contemporânea e o fenômeno do individualismo se inscreve no processo histórico-cultural mais amplo. Em seguida, particularizamos a trajetória biográfica do “pistoleiro” alagoano Zé Crispim, um sertanejo da cidade de Santana do Ipanema sertão do Estado de Alagoas, morador da beira do Rio Ipanema que passava pela cidade. Foi casado com Ednalva Brás do Nascimento e pai de três filhos. Tinha fama de “pistoleiro loiro”, com aparência de ator,

¹ ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 13.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

os rumores de sua perfeita pontaria se difundiram pelo sertão. Era muito procurado para realizar “trabalhos sujos”². Traçar os detalhes do seu crime que foi transformado em espetáculo pela mídia da época (rádios locais, nos jornais locais e nacionais), permitiu compreender as tensões, os conflitos, os constrangimentos e as soluções vivenciadas por uma geração de jovens na década de 1960, em Alagoas.

Pode-se sentir a tensão desses anos nas palavras do dramaturgo alagoano Isac Bezerra, autor da peça de teatro intitulada *Crispim das Santanas*. Ao falar sobre a morte de uma geração, declara que fala de Crispim para *representar* a morte – “apressada ou lenta” da sua própria geração. Lembra que não podemos esquecer que:

[...] Houve história. Tem uma frase referente a José Rocha que não me bate: „Crispim morreu. Nada se perdeu e pouco se lucrou.“ Ora, um cara morre e não se perde nada? Nesta mesma época muitos sumiram sem história. (BEZERRA apud COSTA, 1997).

Mas afinal, quem foi Zé Crispim? Observamos que as fontes documentais sobre Zé Crispim retratam tanto o perfil de um “bandido singular”, de um homem “sedutor”, “carismático” quanto de um homem “cruel”, “facínora” e “perigoso”, autor de um “rosário de crimes”. Considerando as contraditórias visões sobre José Rocha (Zé Crispim), refletimos sobre a possibilidade de elaborar uma proposta de pesquisa tendo como objetivo reconstituir a história do crime de maior difusão cometido pelo pistoleiro alagoano: o de Robson Mendes – deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP) na legislatura de 1962-1964; prefeito de Cacimbinhas (1957-1959) e prefeito de Palmeira dos Índios no período de (1959-62). E contar a história de um “empregado que vai de encontro ao próprio patrão, só tem um caminho: a espingarda.” (BEZERRA apud COSTA, 1997).

Este percurso também permitiu a possibilidade de reconstituição do contexto histórico e político da década de 1960, em Alagoas. Este é um ponto muito importante desta pesquisa, pois ao trabalharmos na reconstituição de um *crime de mando* que teve uma intensa e expressiva projeção midiática em 1967, inclusive, dando notoriedade ao

² Os “trabalhos sujos” executados por Crispim são os crimes de mando, assassinatos que ele realizou em troca de dinheiro.

seu autor, possibilitou conhecermos o imaginário popular sobre Zé Crispim, partindo da memória coletiva da localidade onde ocorreu o enredo do crime.

A década de 1960 em Alagoas esteve marcada pelo tiroteio ocorrido na Assembleia Legislativa no dia 13 de setembro de 1957, quando seria votado o *impeachment* do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão (1956-1961). Vários parlamentares foram feridos e o deputado governista Humberto Mendes (pai de Robson Mendes) foi assassinado. Em seguida vê-se “um cenário sangrento”, cujos protagonistas são segundo os registros documentais “[...] pistoleiros, políticos e coronéis, que matam uns aos outros para manter o poder político local” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). O jornalista José Casado comenta sobre o “familismo que opera o poder e os cofres de Alagoas.” (O Estado de São Paulo, 1997). A lógica desse poder de base latifundiária e oligárquica estabelece regras de comportamento e códigos de controle social, destacando-se entre elas, o silêncio, o medo e a violência.

A situação local fica mais tensa e complexa nessa década de 1960, devido a “Golpe de 1964” quando se instala no Brasil, a Ditadura Militar e o bipartidarismo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). No âmbito local, os conflitos políticos acirram-se sob o governo de Antônio Simeão Lamenha Filho (1966 - 1971) – o primeiro governador após o golpe militar, inclusive, era o presidente da Assembleia Legislativa na época do tiroteio (1957). A vigência do regime militar no Brasil e do Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) imprimia características de violência e opressão em nível nacional e em Alagoas nota-se, a “formação de grupos de extermínio e execuções sumárias.” (MAJELLA, 2006, p. 22). Segundo Jorge de Oliveira (2010, p. 120), nesta ocasião, foram extintos os direitos políticos de Robson Mendes, tornando-o vulnerável à ação da Justiça e da polícia local. Foi cassado em 1966, por ser acusado de mentor intelectual do crime do sargento do Exército Fernando Ferreira da Costa, comandante do destacamento do 20º Batalhão de Caçadores em Palmeira dos Índios, em dezembro de 1959.

É importante colocar que buscamos estabelecer relações entre o cenário histórico local e o nacional que caracterizam os intensos acontecimentos e as tendências autoritárias e militaristas da década de 1960, bem como, as forças que a elas se opuseram. Eventos como os golpes militares, revoltas, movimentos sociais, políticos e culturais, revoluções, assassinatos de líderes políticos, greves operárias e greves estudantis – caracterizam o contexto nacional e podem contribuir para entendermos as

tendências gerais do capitalismo, a partir das caracterizações de Moniz Bandeira (1978) entre outros.

No terceiro capítulo, elaboramos uma etnografia da pesquisa histórica, descrevemos as fontes documentais impressas (*Jornal de Alagoas*, *Jornal do Brasil*, *A Gazeta de Alagoas*, revista *Realidade*) uma peça de teatro intitulada “O Processo Crispim” do jornalista e escritor alagoano Luiz Gutemberg e orais (memórias populares); discutimos as opções metodológicas selecionadas e apontamos os indícios das interpretações do caso Zé Crispim. Neste capítulo apresentamos a diversidade tipológica e descrevemos as fontes documentais recolhidas no processo de pesquisa; demonstrando o passo a passo dos procedimentos metodológicos adotados, desde a tipologia das fontes, a pré-análise, o tratamento documental (tabulação, diagramação, síntese, inferências) e a sua interpretação subsidiada pelo debate que constitui o *corpus* teórico da pesquisa. Para o levantamento e tratamento das informações contidas nas fontes documentais utilizamos o método de análise de conteúdo de BARDIN (2011) – caracterizado como um conjunto de técnicas de sistematização, organização e análise dos discursos constituintes das fontes documentais que objetivam alcançar uma descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Iniciamos o tratamento das fontes com as matérias de periódicos, que foram classificadas e sistematizadas, tendo como critério suas afinidades, sequências temporais e pertinência dos assuntos relativos aos acontecimentos em torno do crime. Os periódicos selecionados foram: *O Jornal de Alagoas*, *A Gazeta de Alagoas*, *O Jornal do Brasil* e a *Revista Realidade*. A segunda fase consiste na exploração do material, a construção das operações de codificação, com base nos recortes, dividindo em unidades semânticas: temas; linguísticas: palavras e frases. Assim foram desenvolvidas fichas de conteúdos, dos periódicos, sistematizadas por temática, temporalidade, para a extração das inferências, buscando identificar palavras, expressões, autores, nomes de pessoas, enfim explorar as informações apresentadas pelos periódicos e assim poder partir para a terceira e última fase.

Para dar início ao tratamento das fontes principiamos com as matérias dos periódicos *O Jornal de Alagoas* e *A Gazeta de Alagoas* dos anos de 1967/68, que somam 100 matérias, onde 80% são reportagens de primeira página; que classificadas e sistematizadas formaram a “trilogia do crime”, conforme a pertinência da temática e da temporalidade, esse periódico foi subdividido em três fases que são: crime, fuga, morte.

A primeira demarcação trata-se do “O Crime”, onde é relatado o assassinato do ex-deputado Robson Mendes, pelo pistoleiro Zé Crispim. É nesta fase que o pistoleiro alega as razões que o levaram a cometer o crime; descrição do plano de execução do crime; as pressões e represálias pelas quais passou; como ocorreu a sua prisão no dia 18 de abril de 1967.

A segunda fase, “A Fuga” inicia com a fuga espetacular dos pistoleiros da cadeia, nesta fase podemos acompanhar a busca por abrigo na cidade de Olivença dia 17 de janeiro de 1968, e de toda a perseguição policial em busca do pistoleiro Zé Crispim e seu parceiro Zé Gago pelo sertão de Alagoas. Seguem-se as incursões da dupla nas cidades em busca de mantimentos; as emboscadas; a prisão das mulheres dos procurados, as aventuras retratadas em meio à Caatinga. Enfim a terceira fase, “A morte” tornada espetáculo, envolta em polêmicas, em intrigas e acusações sobre os comprometidos, os pagantes, as relações de colaboração e apoio logístico ao pistoleiro; os simpatizantes; a condenação. Estas fontes podem ser localizadas no Arquivo Público de Alagoas.

Em seguida, elaboramos ficha de conteúdo relativa à reportagem do periódico *O Jornal do Brasil* (1967), periódico de circulação nacional. Dando sequência a análise das fontes, seguimos com a *Revista Realidade* (1968) que possuía como colunista Roberto Freire o qual dedicou uma de suas matérias para retratar o caso “Zé Crispim”, na coluna Documento, ano II, número 24, março de 1968, página 40. A matéria tem como título: “Profissão, matador - É Zé Crispim que ganha para matar. Ele é uma peça do sindicato do crime que sustenta o poder político num Estado nordestino”. Roberto Freire inicia a matéria exibindo um resumo do caso, relatando o crime até a perseguição dos acusados, em seguida apresenta um depoimento realizado com “Zé Crispim” na cidade de Salvador – BA, gravado pela Rádio Gazeta de Alagoas, no dia 14 de abril de 1968, outro depoimento no dia 15 de abril do mesmo ano, na cidade de Palmeira dos Índios – AL, também registrada pela Rádio Gazeta de Alagoas, no dia 20 de abril foi permitido uma entrevista a reportagem da *Gazeta de Alagoas*, o que Roberto Freire também descreve.

Prosseguimos com o tratamento dos resultados (tabulação, diagramação, síntese, inferências) e a sua interpretação subsidiada pelo debate que constitui o corpus teórico da pesquisa. Para o levantamento e tratamento das informações contidas nas fontes documentais utilizamos o método de análise de conteúdo - caracterizado como um conjunto de técnicas de análise dos discursos do material documental visando alcançar,

por intermédio dos procedimentos sistemáticos e objetivos de organização e “descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos e/ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2011, p.42).

A peça de teatro do jornalista e escritor alagoano Luiz Gutemberg, intitulada “*O Processo Crispim*”, descreve a história tendo como foco o julgamento. Ela foi dividida em duas partes, na primeira podemos identificar como o processo de entrada do pistoleiro na vida do crime, seus crimes iniciais, sua fuga, viagem para o centro-sul do país. Apresentado os motivos que o levaram ao mundo do mandonismo, tornando-se uma máquina pronta para matar, para quem pagar mais sem nenhum pudor. A segunda parte narra a volta do pistoleiro para Alagoas e a criação do seu vínculo mais importante com o último patrão Robson Mendes e depois a morte.

Partimos assim para os testemunhos orais, utilizando da história oral que é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas formais e/ou informais gravadas, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modo de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Seu domínio é pluridisciplinar, pois utiliza muitas vezes música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentação escrita, entre outras, para estimular a memória (NEVES, 2003). O trabalho com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exigem-se, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas.

Demanda ainda, os cuidados no processamento e análise das entrevistas: transcrição e reprodução com fidelidade, sem cortes nem acréscimo; conferência da gravação junto com a transcrição para evitar erros; análise em consonância com o projeto que motivou a entrevista. As entrevistas foram realizadas com moradores da cidade de Palmeira dos Índios-AL e Santana do Ipanema-AL, que acompanharam o “caso Zé Crispim”, os acontecimentos que antecederam o assassinato de Robson Mendes, a busca policial pelos pistoleiros no sertão alagoano, outros entrevistados relataram o cotidiano da cidade de Palmeira dos Índios no período de 1960.

No quarto capítulo, sistematizamos o imaginário popular do “pistoleiro” Zé Crispim apreendido no percurso da pesquisa documental. Iniciamos exibindo uma revisão historiográfica sobre imaginário, desenvolvendo uma discussão teórica, buscando identificar as características definidoras do imaginário popular, para que em seguida possamos apresentar o imaginário popular da figura de pistoleiro Zé Crispim.

No quinto e último capítulo principiamos com uma discussão sobre a formação do simbolismo que circunda Zé Crispim, inserido na cultura sertaneja, a qual tem presença marcante da religiosidade popular no seu cotidiano. Zé Crispim como todo sertanejo tem suas crenças, dentre elas a prática de proferir orações, no caso orações para fechar o corpo.

Por fim foi possível alcançar nossos objetivos, com base na diversidade tipológica das fontes obtidas no processo de pesquisa, entre matérias de periódicos, revista, peça de teatro e entrevistas, conseguimos formular as observações necessárias para a formação do imaginário da figura do pistoleiro Zé Crispim. Entendendo-o como um sertanejo supersticioso, que entrou no mundo crime e saindo apenas após sua morte, morava no sertão de Alagoas, sendo por um tempo o foco das matérias policiais nos jornais locais, Crispim ganha fama no estado, ficando marcado na memória coletiva.

Essa memória coletiva relacionada ao pistoleiro Zé Crispim compartilha crenças, costumes, semelhantes a outros casos, que surgem como mitos, como produtos de uma linguagem simbólica, dentro da historiografia, sendo incorporados à memória coletiva³, como um símbolo, apresentado diversas representações do mesmo. Crispim ingressa no mundo crime adotando a profissão de pistoleiro, iniciando suas aventuras criminosas no interior do estado de Alagoas, como um homem misterioso, corajoso, bonito, galanteador. Essas associações simbólicas criadas em torno do Caso Zé Crispim obrigam-nos a buscar entender o porquê se constata sua presença marcante no imaginário de inúmeras pessoas da região.

³situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade (NEVES, 2003, p. 10).

2 A TRAJETÓRIA DO PISTOLEIRO ZÉ CRISPIM E O CRIME ESPETÁCULO

2.1 Quem foi o Pistoleiro Zé Crispim?

Traçar a trajetória de vida de um determinado indivíduo, entendendo-o como ator dentro do campo do fazer historiográfico, vem sendo uma discussão muito atrativa para os historiadores. As trajetórias biográficas são reveladoras para a produção da narrativa histórica, a biografia *a priori* era apresentada como um registro das memórias, onde determinados indivíduos narravam fatos, sendo eles testemunhas ou participantes. Sendo estigmatizada por alguns historiadores como imprecisa e subjetiva, para a história, portanto deixada de lado.

No início do século XX, Lucien Févbre e Marc Bloch fundaram a *Escola dos Annales*, enfatizando a problemática para história, buscando inserir no processo historiográfico o “homem comum” problematizando suas ações, enquanto sujeito histórico. Deixando de sobressair apenas os grandes homens e a política, dando destaque às práticas populares, assim passou a existir novos objetos que fizeram necessários o surgimento de novos métodos. Nos anos 60 surgiu Nova História, com uma forte influência privilegiando o “fato social total” evidenciando o indivíduo e o fato.

Com essa valorização do indivíduo para o processo histórico, começa assim um retorno à biografia. Ressaltando o indivíduo dentro da sociedade, compreendendo sua coletividade e sua temporalidade, atribuindo mecanismos para a construção da narrativa historiográfica. Buscando “a unidade pelo singular” como afirmou o epistemólogo François Dosse (PRIORE, 2011, p. 9), os indivíduos e suas ações, no meio social qual faz parte, passam a ser o foco das análises. O historiador deixa um pouco de lado a história dos grandes homens, dos grandes feitos, caracterizando uma história “vista de baixo”.

Segundo a historiadora Mary Del Priore “A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos”. (PRIORE, 2011, p. 9). Entendendo o indivíduo como parte integrante da sociedade, entrelaçado numa organização de relações sociais,

possuidores de uma *utensilagem mental*⁴, dentro da rede de relações a qual faz parte, compreendendo cada indivíduo em seu tempo, como parte constituinte do contexto social, ou seja, entendendo a sua individualidade representada no coletivo, e o coletivo representado na sua individualidade.

Diante de tais argumentos particularizamos a trajetória biográfica do “pistoleiro” alagoano José Rocha, vulgo Zé Crispim, que se destaca dos demais sertanejos alagoanos, por possuir algumas características peculiares, como sua atividade no mundo do crime, e os mistérios que envolvem suas façanhas. Crispim nasceu em 1947, filho de João Pedro e Josefa Maria da Conceição, era um sertanejo da cidade de Santana do Ipanema sertão do Estado de Alagoas, morador da beira do Rio Ipanema que passava pela cidade. Foi casado com Ednalva Brás do Nascimento e pai de três filhos. Crispim era filho de agricultores, seguindo esta profissão por um tempo antes de entrar no mundo do crime.

O primeiro crime⁵ cometido por Zé Crispim foi o assassinato de um agricultor da região, o “*velho Miguel*”, devido a uma acusação de roubo, gerou uma rixa⁶ entre as famílias, a violência de tipo pessoal, ou seja, violência causada por honra é bastante comum no sertão, não apenas o alagoano, a vingança é entendida como um símbolo de coragem e honra, pontos basilares do código de honra do sertão.

Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser. A valentia constitui-se como o maior valor de suas vidas (FRANCO; 1997, p.63).

Com relação à valentia Crispim não difere dos demais sertanejos, e após ter sua honra violada quando Miguel realiza disparos de arma de fogo contra Crispim, o ódio o

⁴A “utensilagem mental” são os mecanismos culturais e intelectuais de um indivíduo, composto pelo pensamento, linguagem, sistema de percepção, caracterizado por cada época, entendendo o indivíduo como parte de um determinado grupo, dentro da sua temporalidade. CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

⁵Crispim apresenta para a polícia seus crimes em depoimento realizado no dia 15 de abril na cidade de Palmeiras dos Índios.

⁶ Disputa; estado de rivalidade, de inimizade, de hostilidade entre duas pessoas, entre instituições ou grupos, rivalidade entre vizinhos. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>> Acessado em: 12 de novembro de 2014.

consome, em busca de vingança ele assassina o fazendeiro. Em depoimento dado ao jornal *Gazeta de Alagoas* Crispim relata o fato com detalhes:

[...] um dia eu encontro com o velho na estrada, ele bate a mão na pistola e dá dois tiros em mim. Eu corro. Tava desarmado. Volto em casa, pego uma espingarda, carrego ela com chumbo e bala, venho e atiro na cara do velho tomando café.” (OLIVEIRA, 2010, p. 144).

Após esse fato Crispim passou a ser um fugitivo da justiça, procurado pela polícia de toda a região, não poderia mais andar livremente, precisava se esconder e viver na clandestinidade, para obter sucesso em suas fugas Crispim precisava de ajuda, então passou a ser financiado por alguns homens importantes da região, em troca de “trabalhos sujos” mergulhando de vez no mundo do crime. Passando a ser um assalariado do crime, fazia o que o patrão mandava, tendo como pagamento dinheiro e proteção.

As condições ideais para o banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, operando em complexas situações locais, e em que uma viagem de poucos quilômetros pode colocar o bandido fora do alcance ou mesmo do conhecimento de um conjunto de autoridades e no território de outras, que não se importam como o que acontece no “exterior” (HOBSBAWM, 2010, p.41).

Crispim prestava serviço a políticos e fazendeiros da localidade, sendo “apadrinhado” pelos mesmos, lhe dando proteção evitando sua prisão, era um bom atirador e cauteloso com seus “trabalhos”, sua eficiência atraía. Sua fama de perfeita pontaria percorreu o sertão alagoano, sendo bastante requisitado para “trabalhos”. Ao seu lado sempre presente seu companheiro de crime Zé Gago. José Marcelino da Silva era nome de batismo de Zé Gago que sempre acompanhou Zé Crispim, começou cedo a cometer crimes possuía uma lista de 22 mortes, havia sido condenado a 148 anos de prisão, tinha uma imensa dificuldade de se expressar, por isso Crispim foi seu porta-voz, seus crimes sempre com requintes de crueldade “sempre quis sentir o sofrimento das minhas vítimas. Por isso, antes de atirar, dou o primeiro golpe de peixeira para

sentir a reação do cabra na ponta da faca” (OLIVEIRA, 2010, p. 162). Essa dupla se projeta no mundo do crime e do *glamour*⁷.

Crispim sai da cidade de Santana do Ipanema após seu primeiro crime, e estabelece residência na cidade vizinha Palmeira dos Índios, onde começa a prestar seus serviços para um político local, Robson Tavares Mendes, o mesmo que em seguida é assassinado por Crispim e seu parceiro Zé Gago, crime este que projeta essa dupla na mídia, obtendo uma repercussão nacional do crime, tendo sido relatado nos jornais e revistas de circulação local e nacional, e em outros veículos de comunicação.

Outra característica de Crispim que percorreu a região foi sua fama de sedutor, galanteador, charmoso “como homem ele tinha uma fisionomia muito arrumada, ele se cuidava, diferente dos homens da roça, sempre perfumado, barba bem feita, muito educado” (GATTO, 2014). Crispim possuía uma postura diferenciada dos demais homens, não único, mas diferente da maioria com aparência de ator, sendo comparado ao ator Marlon Brando, atraía os olhares por onde passava sempre muito educado “sabia lidar com a plateia” (MARQUES, 2014). Segundo relatos de populares da região existia um grupo de mulheres que o admiravam, um grupo de fãs.

Para uma melhor compreensão dos fatos precisamos entender o contexto histórico da época, identificando a temporalidade e a localidade a qual Crispim fez parte, buscando as influências causadas pelo meio no cotidiano dos indivíduos. Como afirma Bloch que o homem é filho do seu meio, ou seja, para entendermos o homem precisamos entender o seu meio.

2.2 A conjuntura histórica dos anos de 1960

1960 foi uma década conturbada, orientada pelas plataformas políticas internacionais, o mundo esteve dividido entre dois principais blocos, o capitalista liderado pelos Estados Unidos e o socialista liderado pela União Soviética. Os anos 60 foram de efervescência cultural; movimentos sociais contra as guerras foram uma constância, o movimento *hippie* espalhou-se pelo mundo. A "paz e amor" contrastava com as guerras e ditaduras que se alastravam por todo o mundo.

A chegada de João Goulart a presidência do Brasil foi um elemento a mais na disputa ideológica que vinha sendo travada durante a década de 60, principalmente pela

⁷ Emprego o termo “glamour” por Crispim ser caracterizado como um indivíduo muito atraente, charmoso e sedutor, sendo essas atribuições de grande repercussão no imaginário local.

influência do cenário da política internacional entre os Estados Unidos e a União Soviética. Os norte-americanos vinham travando uma disputa contra os soviéticos pelo controle da política mundial, onde a influência a outros países se impunha como um ato necessário para a manutenção do poder econômico capitalista; enquanto os soviéticos eram portadores de uma nova ordem política e social, o socialismo ameaçava os objetivos e o poder dos EUA.

Em meio a esse cenário internacional, João Goulart, era visto como uma ameaça para as oligarquias latifundiárias brasileiras, e um agente do comunismo no Brasil. A plataforma defendida por Goulart priorizava a abertura dos direitos trabalhistas e a inserção das massas populares no processo democrático; portanto, rompia com uma cultura política de manter o povo afastado do poder e dos direitos civis. O maior medo das classes conservadoras era Jango transformar o Brasil em uma República sindicalista. O desagrado da classe política brasileira com as perspectivas de mudança, a somatória das conjunturas internacionais, a expansão do imaginário comunista e o apoio norte-americano orientou as movimentações civis-militares para a execução de um golpe contra Goulart em 1 de abril de 1964. Após ser pressionado a deixar de lado suas convicções políticas e romper com as causas trabalhistas, Goulart foi incapaz de se posicionar, culminando em sua deposição. Instaurada a ditadura, os Atos Institucionais tornaram-se uma constância como forma de limpar o governo de todos os opositores.

Após a vitória do golpe militar em 1 de abril de 1964 o Brasil passou por inúmeras transformações políticas, sendo imposta a ditadura militar. Seguiu-se ao novo sistema político medidas como a extinção dos partidos políticos, a cassação dos mandatos de políticos opositores ao regime e a imposição do bipartidarismo - sistema político em que era permitida a existência de dois partidos, o partido oficial do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ditadores Militares, perseguições políticas, autoritarismo, aumento da repressão e o "milagre econômico" custeado pelo governo norte-americano e favorecido por alianças com o sistema capitalista foram características do cenário político-econômico dos anos de 1960. As alterações na política nacional refletiram nas estruturas políticas dos Estados brasileiros.

A década de 1960 em Alagoas não se distância da realidade vivida no plano nacional de um contexto de repressão política e social após o Golpe civil-militar. Com uma trajetória marcada pelo domínio de grupos oligárquicos que demonstravam sua força no campo econômico através da monocultura latifundiária da cana-de-açúcar,

Alagoas tinha em sua esfera política, alianças construídas estrategicamente pelos interesses particulares; tendo no Estado uma extensão de seus domínios.

Este período esteve marcado também pelo tiroteio ocorrido na Assembleia Legislativa no dia 13 de setembro de 1957, quando seria votado o *impeachment* do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão (1956-1961). Vários parlamentares foram feridos e o deputado governista Humberto Mendes (pai de Robson Mendes) foi assassinado. Em seguida vê-se “um cenário sangrento” cujos protagonistas, segundo os registros documentais, são “[...] pistoleiros, políticos e coronéis que matam uns aos outros para manter o poder político local.” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). O jornalista José Casado comenta sobre o “familismo que opera o poder e os cofres de Alagoas.” (O *Estado de São Paulo*, 1997). A lógica desse poder de base latifundiária e oligárquica estabelece regras de comportamento e códigos de controle social, destacando-se entre elas, o silêncio, o medo e a violência.

Em Alagoas as estratégias dos governos militares foram efetuadas com sucesso, conseguindo desarticular e enfraquecer as lideranças esquerdistas. Após a morte de Muniz Falcão em 1966, principal político representante dos interesses das causas populares e dos ideais defendidos por João Goulart, a esquerda ficou sem um representante que tivesse essa força aglutinadora que ele era capaz. Alagoas estava enfim, sob o poder dos militares.

Luís Cavalcante⁸ governador de Alagoas em 1964, alinhou-se aos grupos golpistas organizando o apoio para que não houvesse possibilidade de resistência por parte da esquerda alagoana e de grupos que se identificavam com a plataforma política de João Goulart, ao processo iniciado pelos militares em todo o país. Portanto, a década de 1960 para Alagoas foi conflituosa como em todo o Brasil e no contexto mundial, tendo as forças políticas bipolarizadas pela ideologia capitalista e socialista. Parte dessa tensão pode-se compreender através do apoio de Luiz Cavalcante:

[...] comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. E a esse Estado-Maior somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um pelo menos

⁸ Luiz Cavalcante foi Governador do Estado de Alagoas no período de 1961 a 1966, contribuiu para a instalação do regime ditatorial em Alagoas.

cinco homens armados. O governador Luís Cavalcante apoiava o empreendimento que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituiria, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos Governadores, Arraes e Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas (BANDEIRA, 1978, p.60).

Em meio ao conturbado contexto em que se encontrava o país, Alagoas se mostrava um local estratégico para frear os ideais “subversivos” que se espalhavam pelo nordeste. As ligas camponesas representadas na figura de Francisco Julião⁹ ganhavam força e ameaçavam a ordem imposta pelas elites agrárias e políticas. O que estava em disputa, portanto, era a expansão dos direitos de grupos populares que estiveram à margem da sociedade durante toda a história nacional; eram homens que desejavam um pedaço de terra para sobreviver, homens que buscavam melhores condições de trabalho e um salário que possibilitasse uma vida menos sofrida. O início da década de 1960 representou o embate entre duas perspectivas de política; de um lado a elite que temia perder os privilégios acumulados até então, e de outro lado grupos que pensaram ser possível a expansão de direitos, a participação efetiva no processo democrático e uma divisão econômica justa.

A situação local fica mais tensa e complexa nessa década. No âmbito local, os conflitos políticos acirram-se sob o governo de Antônio Simeão Lamenha Filho (1966 - 1971) – o primeiro governador após o golpe militar, inclusive, era o presidente da Assembléia Legislativa na época do tiroteio (1957). A vigência do regime militar no Brasil e do Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) imprimia características de violência e opressão em nível nacional e em Alagoas, nota-se, a “formação de grupos de extermínio e execuções sumárias.” (MAJELLA, 2006, p. 22). Segundo Jorge de Oliveira (2010, p. 120), nesta ocasião, foram extintos os direitos políticos de Robson Mendes, tornando-o vulnerável à ação da Justiça e da Polícia local. Foi cassado em 1966, por ser acusado de mentor intelectual do crime do sargento do Exército Fernando Ferreira da Costa, comandante do destacamento do 20º Batalhão de Caçadores em Palmeira dos Índios, em dezembro de 1959.

Em meio às grandes transformações sociais, na história do Brasil, a cidade de Palmeira dos Índios, local onde ocorreu a trajetória criminal do pistoleiro Zé Crispim, também conhecida como “Princesa do Sertão” nessa década, como em todo o mundo,

⁹ Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) foi o principal líder das Ligas Camponesas que pretendia modificar a lógica do sistema da propriedade da terra no Nordeste brasileiro.

acompanhou essas mudanças. Palmeira dos Índios¹⁰ está localizada no centro geográfico do Estado de Alagoas, foi uma cidade de progresso e de muita liderança entre as outras comunidades do interior. A intelectualidade da época na cidade também participou dessa luta, se dividiram entre os favoráveis e os contrários a posse de Jango. Toda a cidade foi pichada pelos adeptos de ambos os lados, só que nesse momento histórico, prevaleceu, não só em Palmeira, mas em todo o país, a democracia foi mantida. Jango tomou posse e se tornou o primeiro presidente brasileiro no novo sistema parlamentarista.

Com o retorno do pecuarista Robson Tavares Mendes, que era filho de Humberto Correia Mendes, como candidato a deputado estadual pelo PSP (Partido Social Progressista), o mesmo havia sido eleito prefeito pela Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios, para concluir o mandato do então prefeito, Remi Tenório Maia, que renunciou em 1956, para assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa de Alagoas. A população da cidade volta a se dividir diante da volta do ex-prefeito Robson Tavares Mendes, e a criação do Movimento Renovador¹¹.

Debatia-se, naquela oportunidade, a ausência de valores, que o pudessem manter nessa liderança. A cidade, embora pacífica e trabalhadora, servira de manchetes desabonadoras em diversos jornais e revistas de todo o país. Havia, portanto, a necessidade urgente de se fazer um trabalho, que lavasse a honra dessa população, que não correspondia aos maus conceitos desses poucos palmeirenses, que tinham infelizmente, conseguidos inculir na mentalidade daqueles que só conheciam a Princesa do Sertão, pelas notícias veiculadas nesses jornais e revistas.¹²

Assim homens idealistas se dispuseram a disputar as eleições, porém sentiram a necessidade de se criar um novo partido político na cidade, surgindo o Movimento Renovador (MR) este nome foi escolhido diante de inúmeras sugestões, sob a justificativa de que deve estar em “Movimento” para não estagnar e perder seu valor.

10 A cidade de Palmeira dos Índios esta localizada no Estado de Alagoas, tem média populacional de 73.725 pessoas, faz limite com as cidade de Estrela de Alagoas, Igaci, Belém, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Bom Conselho. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acessado em: 4 de fevereiro de 2015.

¹¹ Este movimento foi somente criado em Palmeira dos Índios.

12 Relato do historiador palmeirense Luiz B. Torres. Patrono perpétuo da APALCA (Cadeira nº07) produziu inúmeros trabalhos sobre a cidade de Palmeira dos Índios, todos de grande relevância histórica. Faleceu no dia 24 de maio de 1992. Disponível em: <<http://apalca.com.br/luiz-de-barros-torres/>> Acessado em: 25 de março de 2015. O citado depoimento esta sob posse da atual presidente a APALCA Isvânia Marques.

“Renovador” por ser fruto de uma nova alma e mentalidade política. Esse movimento seria apenas municipal, com a pretensão de uma reforma em caráter particular.

O objetivo era lutar pelo respeito à pessoa humana, independentemente de sua crença ou posição social. Empenhar-se na real valorização do homem, sobrepondo sua felicidade pessoal acima de outro qualquer interesse econômico ou financeiro. Moralizar a função pública, tornando-a respeitada e reconhecida como a expressão real do mandato popular. Concorrer para o prestígio do voto eleitoral, nunca o denegrindo por qualquer motivo. Dar prioridades às soluções dos problemas de educação e saúde do povo palmeirense. Apoiar e participar de qualquer iniciativa privada ou pública, que vise o bem estar social, político, e econômico e financeiro do povo. Vencer acima de tudo o egoísmo, fazendo com que todos os suplentes do MR, passem pela Câmara dos Vereadores e tenham a mesma oportunidade de darem seus esforços a causa do povo e, só pertenceriam ao MV, pessoas apolíticas ou políticos que tenham se afastado das agremiações partidárias por um período mínimo de 2 anos¹³.

Depois de firmadas as diretrizes fundamentais do Movimento, que era composto por médicos, comerciantes, pedreiros, agricultores, entre outros, os mesmo seriam escolhidos para serem candidatos ao cargo de Vereador. Com isso fez-se necessário conseguir uma legenda partidária. Surgiram, então, os primeiros obstáculos, alguns partidos não aceitaram suas reivindicações, apenas o Partido Trabalhista Nacional, que tinha como principal político o candidato a deputado federal Oséas Cardoso, aceitou as reivindicações do MR. Então o Movimento Renovador precisava escolher os candidatos a Câmara de Vereadores, resolveram escolher aqueles que tinham a preferência da população, foram realizadas reuniões onde pessoas de todas as classes eram questionados com relação à escolha, foram ouvidas as sugestões, o povo participava ativamente das decisões, de forma direta.

Mesmo sendo um movimento novo, novatos em disputas políticas, considerando que enfrentavam grupos consolidados, veteranos em campanhas políticas, o MR conseguiu eleger quatro dos seus candidatos a vereadores, um número considerável, entendendo a repercussão do movimento dentro do cenário da política de Palmeira dos Índios.

Não podemos deixar de citar uma figura de extrema importância para a história da cidade de Palmeira dos Índios, o Padre Francisco Xavier de Macêdo que assumiu a

¹³ Relato Luiz B. Torres.

direção da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, em 1920. Era um homem comprometido com o crescimento da cidade, pois em prática grandes projetos para o desenvolvimento de Palmeira dos Índios. Faleceu, no dia 29 de dezembro de 1963 tendo administrado a paróquia durante 43 anos, em sua administração, ajudou a tornar a cidade de Palmeira um das mais importantes do estado de Alagoas. Fundou os Colégios Cristo Redentor e o Pio XII, implantando uma educação europeia na cidade, colégios estes que se tornaram um dos mais importantes do estado, sendo coordenados por padres e freiras holandesas. Sendo reconhecido diante de sua competência como sacerdote à frente de sua paróquia, foi promovido a Cônego, depois a Consultor Diocesano e posteriormente, a Monsenhor Camareira do Papa Pio XII. Monsenhor Macêdo também ampliou o Hospital de São Vicente, o primeiro do interior do estado de Alagoas.

Foi possível identificar diante dos depoimentos colhidos com populares, a grande influência da religião católica para o cotidiano da cidade, sendo atribuídos os méritos ao Monsenhor Macêdo, a estreita ligação dos religiosos com as famílias, sobre este um ponto muito discutido entre os conterrâneos da cidade dentre eles Luiz B. Torres que escreve dois livros que tratam do assunto, intitulados *Socorro, não quero ser padre*, e o outro *O Catolicismo e sua Influência em Palmeira dos Índios*¹⁴. Com a morte do Monsenhor Macedo, assume a paróquia de Nossa Senhora do Amparo, em 1963, o Pe. Odilon Amador dos Santos.

2.3- O assassinato de Robson Mendes

No dia 13 de setembro de 1957, aconteceu uma tragédia no cenário político de Alagoas, esse foi um dia que marcou a história política do estado, 35 deputados trocam tiros no interior da Assembleia Legislativa, quando seria votado o “*Impeachment*” do então governador do estado Sebastião Marinho Muniz Falcão. Um governador que se apresentava comprometido com as causas populares, mesmo que precisasse enfrentar as elites do açúcar, mesmo tendo a maioria na Assembleia Legislativa contra seu governo, Muniz Falcão continuou seguindo seus ideais. O historiador Douglas Apratto (1997) afirma que:

¹⁴ As duas obras citadas de Luiz B. Torres foram concluídas pelo autor, mas não foram publicadas.

Pela primeira vez um governo fora dos padrões tradicionais, mas próximo das massas, exercitou com maestria o populismo, dentro de um quadro nacional favorável a um projeto de desenvolvimento, ousando confrontar-se com as forças da aristocracia estadual, secularmente encasteladas em suas cidadelas de mando, sempre controlando o poder social (OLIVEIRA, 2010, p. 57).

No dia em que seria votado o *Impeachment*, políticos da oposição e da situação se direcionam para a Assembleia portando armas de diversos calibres, ocorrendo um grande tiroteio, dentre muitos feridos, o deputado estadual Humberto Correia Mendes e ferido fatalmente, chegando a óbito no interior daquela casa, esse crime obteve uma grande repercussão, Humberto Mendes foi à única vítima fatal do tiroteio acontecido quando, iria ser votado o *Impeachment* de seu genro e governador do Estado.

Este acontecimento cooperou para aumentar o clima de terror vigente no município, pois a partir desse dia a cidade de Palmeira dos Índios se torna um palco de guerra entre famílias “dizem que agora vai haver extermínio de famílias, umas contra as outras” (OLIVEIRA, 2010, p. 85). Uma multidão acompanha o cortejo fúnebre do deputado Humberto Mendes, e assiste preocupada o discurso de despedida do filho Robson Mendes quando ele pronuncia em alto e bom *tom* “Pai vai para a eternidade com a certeza que teu filho matará até o último vivo que tenha algum envolvimento com a tua morte”¹⁵. Seguindo assim uma série de crimes de mando entre famílias, chegando quase ao exterminar toda a família Mendes. Dias após o tiroteio o *Impeachment* foi votado e Muniz Falcão afastado do seu cargo, assumindo o governo seu vice Sizenando Nabuco. Muniz volta a seu cargo um ano depois, por decisão da justiça.

Em 1958 Robson Mendes assumiu a prefeitura de Palmeira dos Índios, para substituir o atual prefeito Remi Maia, que precisa renunciar para assumir o cargo de deputado estadual. Robson tinha fama de sanguinário, a cidade passou por algumas mudanças, foi criada uma nova guarda municipal, composta por alguns jagunços recrutados em outros estados, existia certo temor por parte da população com relação ao seu novo administrador.

Robson tentou impor sua “ordem” na cidade, o que lhe causou alguns problemas, aumentando sua lista de desafetos, dentre todos os problemas o que mais lhe

¹⁵ Entrevista realizada com o Professor Doutor Julião Marques, atualmente aposentando pela Universidade Federal de Alagoas, natural da cidade de Palmeira dos Índios, que presenciou o discurso de Robson Mendes diante do túmulo do pai. Entrevista realizada no dia 13 de dezembro de 2014 as 15:00 horas, na residência do entrevistado.

prejudicou, foi o assassinato do Sargento do Exército Fernando Ferreira da Costa. O Sargento iniciou uma discussão com um dos jagunços, que era o inspetor de quarteirão da prefeitura, que obedecia às ordens do então prefeito Robson, durante a discussão o inspetor sacou a arma e atirou no sargento, que alvejado por três tiros “a queima roupa” Robson havia mandado prender uma prostituta que era protegida do sargento, o que gerou o conflito resultando na morte do sargento. Robson Mendes perdeu as eleições municipais 1960 e teve prisão preventiva decretada, acusado de ser o mandante do assassinato do sargento.

Com sua prisão decretada Robson fugiu para Recife no estado de Pernambuco, voltando em 1962 para concorrer às eleições para deputado federal, a qual saiu vitorioso. Em 1966 com a implantação do regime militar Robson teve seus direitos políticos extintos e seu mandato foi cassado. Mesmo processado e sem poder político por ter perdido seu mandato, Robson não saiu de Palmeira dos Índios, onde cultivava uma lista repleta de inimigos. Para sua proteção contratou Zé Crispim e Zé Gago, que estavam sempre alerta para agir quando necessário, fazendo os trabalhos sujos que lhes eram ordenados.

Os moradores da cidade relatam que ficavam atordoados quando Zé Crispim e Zé Gago passavam, pois sabiam que estavam indo realizar algum trabalho, existia certo respeito para com a dupla, mesmo diante do carisma que Crispim apresentava, sempre muito educado, um cavalheiro, as pessoas tinham receio quanto a sua presença, não sabiam se os pistoleiros estavam ali para cometer mais um crime.

Diante da confiança que Robson tinha com relação a seus funcionários, os encarregou de mais um trabalho, o assassinato do fazendeiro Zé Fernandes que tinha conhecimento das pretensões do ex-deputado, e ao ficar sabendo da negociação, o fazendeiro aliou-se a o prefeito da cidade vizinha, Santana do Ipanema, que também era inimigo de Robson Mendes. Ofereceram a Crispim um valor superior da quantia que Robson pretendia pagar para o assassinato do fazendeiro Zé Fernandes. O acordo foi fechado com Zé Fernandes, após Crispim ficar sabendo através de outro pistoleiro que seu atual patrão pretendia matá-lo em breve, como “queima de arquivo”.

Robson resolve eliminar um de seus vigias, alegando que ele “sabia demais”, Crispim não estava satisfeito com a forma que o patrão tratava seus funcionários. Quando Robson entendia que seus capangas sabiam muitas informações que poderiam prejudicá-lo, simplesmente eliminava-os, como fez na referida madrugada. Na noite

seguinte quando voltavam do local que foram para queimar o corpo do vigia, Robson Mendes foi assassinado por seus capangas Zé Crispim e Zé Gago.

Durante a madrugada do dia 9 (nove) de março de 1967 o ex-deputado Robson Tavares Mendes, foi trucidado por seus pistoleiros Zé Crispim e Zé Gago, esse crime obteve uma repercussão nacional, os jornais noticiavam o fato, “Sangue volta a correr na política alagoana: 32 tiros ceifaram a vida de Robson Mendes” (*Jornal de Alagoas*, 09 de março de 1967). Mais uma vez a cidade de Palmeira dos Índios para, diante de mais um sepultamento de um dos membros da família Mendes, a princípio, não havia suspeita com relação aos membros da guarda pessoal de Robson, acreditava-se em uma emboscada com mais de 15 homens, hipótese que foi eliminada depois das investigações que confirmaram os autores materiais Crispim e Zé Gago.

Este é um ponto muito importante desta pesquisa, pois ao trabalhar na reconstituição de um *crime de mando* que teve uma intensa e expressiva projeção midiática em 1967, inclusive, dando notoriedade ao seu autor, deu início ao processo de identificação de muitos nomes de protagonistas históricos dessa temporalidade, alguns conhecidos e outros totalmente desconhecidos. Um cenário histórico composto exclusivamente por homens, revelando a face patriarcal da *cultura da violência*. São nomes de homens que desempenharam papéis estratégicos na estrutura de poder local.

O assassinato de Robson Mendes ressoou por todo o país, sendo de extrema relevância em Alagoas, todos os dias os jornais locais noticiavam desde o processo de investigação as buscas no sertão na tentativa de prender os acusados e por fim o assassinato de mentor material do crime de maior repercussão da década em Alagoas. Os protagonistas Zé Crispim e Zé Gago se projetam na mídia, passam a ser “os homens que mataram Robson Mendes”, saindo do banditismo para o mito.

3 AS FONTES E O MÉTODO DA PESQUISA HISTÓRICA

A etnografia da pesquisa é entendida como uma “descrição densa” nos termos do antropólogo Clifford Geertz, que sabemos tem inspirado historiadores como Natalie Zemon Davis (2001), Giovanni Levi (1992), Carlo Ginzburg (2001) e Arlette Farge (2009). Ter como parâmetro esta perspectiva significa “construir descrições orientadas pelo ator dos envolvimento” (GEERTZ, 1989, p. 26). A ideia surgiu quando no Arquivo Público de Alagoas, em 2008, me deparei com uma matéria no periódico “*Jornal de Alagoas*”¹⁶ narrando o caso de José Rocha, conhecido como Zé Crispim, um “temido pistoleiro” natural de Santana do Ipanema, estado de Alagoas. Este estava sendo acusado de matar Robson Mendes, um político de prestígio local. O crime ocorreu no dia 07 de março de 1967, na localidade de Mata-Burro, município de Minador do Negrão, Alagoas. A curiosidade intelectual me levou a puxar um fio da história em busca de informações sobre o caso, então, resolvi ampliar a pesquisa no arquivo.

Para a historiadora Arlette Farge, o arquivo é “desconcertante e colossal, [...]. Abre-se brutalmente para um mundo desconhecido em que os rejeitados, os miseráveis e os bandidos fazem sua parte em uma sociedade vigorosa e instável” (FARGE, 2009, p. 12). A pesquisadora descreve o cenário do arquivo como um espaço que nem sempre é muito amigável, com acúmulo de poeira e um silêncio quase infinito que abre portas para dimensões diversas e temporalidades distintas. Partilho dessa visão do arquivo um lugar que comporta um aglomerado de vestígios, abrangendo possibilidades múltiplas de informações, mistérios e intrigas. O amarelado das folhas dos jornais guarda histórias não contadas, plenas de armadilhas e tentações.

Foi justamente o que me atraiu: os indícios, o imperceptível, o singular. A descoberta das fontes se torna de extrema relevância quando entendemos que o conhecimento histórico está fundamentado na exploração desses rastros e vestígios. Segundo Júlio Aróstegui, o conceito de fonte seria:

¹⁶O *Jornal de Alagoas* é o mais antigo dos jornais atualmente em circulação no Estado de Alagoas, foi fundado pelos irmãos Luiz e José Magalhães da Silveira, teve seu primeiro número publicado em 31 de maio de 1908. Foi o *Jornal de Alagoas* o introdutor das reportagens fotográficas na imprensa alagoana. SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **História da Imprensa em Alagoas**. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1987.

[...] todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

Assim, diante da diversidade das fontes que observamos sobre o caso Zé Crispim no Arquivo Público de Alagoas, percebi que podia fazer escolhas, triagens das tantas informações documentais e procurar entender o contexto de sua produção.

Dando prosseguimento a busca por novas fontes documentais, ficamos surpresas com a diversidade tipológica das fontes. Então, dando prosseguimento à pesquisa, puxei o fio da meada e descobri que Zé Crispim foi tema da dramaturgia do jornalista e escritor alagoano Luiz Gutemberg, que escreveu a peça *O processo Crispim*, com a qual recebeu o prêmio Anchieta de Teatro do Governo de São Paulo, em 1969. A peça foi apresentada pela Rádio Televisão da Colônia, Alemanha, em 1974, sob o título *Der Prozess Crispim*, em tradução de Willy Keller. Mais adiante, encontro em minhas buscas, o livro *Curral da morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*, 2010, de Jorge Oliveira. O autor do referido livro aborda a história de Zé Crispim em quatro dos seus principais capítulos.

Quanto mais caminhávamos nas investigações, mais fontes históricas de diferentes tipologias foram encontradas, dentre elas, a informação de que o interrogatório do pistoleiro Zé Crispim realizado numa delegacia de Salvador (BA), foi transmitido ao vivo pela Rádio Gazeta, em 1968, sob a responsabilidade do repórter Luiz Tojal. Acrescenta-se ainda, as cem matérias nos periódicos *O Jornal de Alagoas* nos anos de 1967 e 1968; e do periódico *A Gazeta de Alagoas* de 1967 a 1968, a reportagem numa revista de circulação nacional, *Realidade* (1968), assinada pelo jornalista e psicanalista Roberto Freire e, uma matéria no periódico nacional *Jornal do Brasil*, em 27 de março de 1968, realizamos entrevistas com moradores da cidade de Palmeiras do Índio e Santana do Ipanema, ambas no estado de Alagoas, entre outras.

Para perceber e lidar com os vestígios do passado encontrados nos diversos tipos documentais, o historiador precisa saber interrogá-los, torná-los documentos, analisando, criticando e interpretando. Como afirma o historiador March Bloch (2002, p.124) “adquirimos o direito de não acreditar sempre, porque sabemos, melhor do que pelo passado, quando e por que aquilo não deve ser digno de crédito”. Ressaltando

assim a importância do exercício da análise e da crítica documental para o diálogo com os testemunhos, o desvendamento de seus sentidos, a explicação de seus conteúdos – todos fundamentais para a construção do conhecimento histórico.

Nesse percurso, o procedimento inicialmente adotado foi o da pré-análise, ou seja, o momento da seleção e sistematização das fontes documentais: matérias de periódicos, entrevistas, memórias testemunhais, uma peça de teatro e bibliografias temáticas, teóricas e metodológicas, que foram submetidas a leituras preliminares. Essas matérias foram classificadas e sistematizadas, tendo como critério suas afinidades tipológicas, sequências temporais e pertinência dos assuntos relativos aos acontecimentos em torno do crime. Essa pré-análise será exposta em três momentos de acordo com os tipos de fontes documentais estudadas. Em primeiro lugar, apresento as fontes impressas: *Jornal de Alagoas* dos anos de 1967/68, *A Gazeta de Alagoas* (1967/1968); que somam 100 matérias, onde 80% são reportagens de primeira página e as demais estão em destaque localizadas na sexta página; *O Jornal do Brasil* (1967); a revista *Realidade* (1968); a peça *O processo Crispim*, de Luiz Gutemberg e o livro *Curral da morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*, 2010, de Jorge Oliveira. No segundo momento, exponho as fontes orais, ou seja, as entrevistas, intituladas como memórias populares.

O procedimento metodológico utilizado para a análise das fontes documentais foi a análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin (2011), que define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011). São apresentadas três fases da análise de conteúdo que se organizam da seguinte forma: 1. A pré-análise (acima descrita); 2. A exploração do material (sistematizações, classificações, codificações e, por fim, e 3. O tratamento dos resultados. Esclarecemos que, os momentos analíticos estão interligados na exposição dos diferentes tipos de fontes que constituíram o *corpus* documental da presente pesquisa, e por fim, apresentamos os indícios das possibilidades interpretativas.

3.1- AS MATÉRIAS DE PERIÓDICOS

A questão do uso dos jornais impressos como fontes por muito tempo foi desconsiderada, justificando-se que este tipo de material apresentava uma forte interferência das subjetividades no relato e na caracterização dos acontecimentos. A

historiadora Tania Regina de Luca (2005), afirma que a adoção pelo historiador, das fontes impressas como jornais, revistas ou periódicos foi sendo adotada muito lentamente ao longo da história contemporânea. Explica ainda, que os historiadores relutaram em utilizar tais fontes devido a diversos fatores como: o peso da tradicional concepção de fonte histórica oriunda do século XIX e início do século, entendida como “fonte de arquivo” que foi peça essencial da documentação histórica na tradição positivista sinônimo de *documento* como expressão de *autoridade e verdade*. (LUCA, 2005. p.111-112, ANCONA LOPEZ, 1996, p.22).

Para os positivistas, apenas os documentos oficiais originados de ações e eventos políticos, militares e eclesiásticos são válidos. Nessa concepção não poderiam caber os jornais, pois eram inadequados para a recuperação do passado, envoltos numa gama de interesses sociais, políticos ou econômicos. Segundo o historiador Jacques Le Goff, a “*história nova alargou o campo do documento histórico*” (LE GOFF, 1998, p. 256). Desde a criação dos *Annales*, em 1929, que Marc Bloch e Lucien Febvre, argumentam em favor da diversidade documental:

A história se faz, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...] faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com flores do campo e com as más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser. (FEBVRE, 1949, p.249).

As transformações epistemológicas ocorridas a partir dos anos de 1970 promoveram novas abordagens influenciadas pela interdisciplinaridade, pela reconstituição de novos campos temáticos, mudança do paradigma macroeconômico para focalizar os sistemas culturais. Ainda assim, segundo Tania Regina de Luca, não se questiona mais a falta de objetividade, mas o seu uso “instrumental e ingênuo”, ou seja, àqueles que “[...] tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonâncias de valores, interesses e discursos ideológicos” (LUCA, 2005, p. 116). As historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado argumentam que as fontes jornalísticas não devem ser utilizadas como “[...] mero

'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (LUCA, 2005, p.118).

Com a história nova, a concepção de fontes e objetos históricos passou a ser mais ampla e diversificada, rompendo com o tradicionalismo da História abortada apenas pelo caráter político, econômico e social, apresentado assim uma busca de novas abordagens, problemas e objetos, as questões culturais, cotidianas, mentais, étnicas, de gênero, minorias, passaram a receber mais olhares. Os periódicos nesse momento começam a fazer parte dessa construção como fontes e objetos de estudo, sendo problematizados e abordados seja na perspectiva da história marxista, na micro-história, da história nova ou da história social inglesa. Assim visualizam-se vários caminhos que possibilitem uma construção histórica.

Não são poucos os pesquisadores brasileiros que fizeram ou fazem uso dos jornais como fontes documentais, dentre eles, destaque, Vavy Pacheco Borges, Emília Viotti da Costa, Nícia Vilela Cruz, Leôncio Martins Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, Ana Maria de Almeida Camargo, Arnaldo Contier, Maria Helena Capelato, Maria Ligia Prado e Maria Nazareth Ferreira. Tania Regina de Luca destaca o seu uso generalizado pela produção acadêmica brasileira, sobretudo, a partir de 1985. Para confirmar esta constatação cita um trecho da historiadora Vavy Pacheco como válida para a historiografia como um todo:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...],inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc, seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano. (LUCA, 2005, p.130)

Verifica-se até aqui, que a utilização da imprensa como fonte histórica, não se limita a pesquisar um ou outro texto isolado, por mais importantes que sejam, mas antes requer uma análise detalhada do seu lugar de inserção e delinear uma abordagem que faz da imprensa, fonte e objeto de pesquisa ao mesmo tempo, procurando observar o ambiente em que foram produzidos, a que tipo de sociedade está vinculado, quais os valores e circunstâncias da época, em síntese, entendê-lo no seu contexto para evitar um dos piores pecados do historiador: o anacronismo. Tal crítica ajuda a evitar o

imperdoável erro de julgar sociedades do passado tomando como referência o contexto e os valores de hoje.

O pesquisador que se utiliza dos periódicos trabalha principalmente com aquilo que se tornou notícia, ou propaganda, dependendo do objeto da pesquisa. Desse modo a notícia é acima de tudo um bem simbólico repleto de significados, apresentando diferentes formas de expressões de setores da sociedade. Os impressos são produtos das *representações* da realidade e estão vinculados a determinados contextos. O *corpus* documental impresso da pesquisa é constituído por jornais, revista, uma peça de teatro, artigos e livros.

3.1.1- O JORNAL DE ALAGOAS

O *Jornal de Alagoas* fundado por Luiz Magalhães da Silveira e José Magalhães da Silveira tinha como lema “Oposição com Independência”. Em 1934, foi vendido a um grupo liderado por Edgard de Góis Monteiro e passou a ter posição situacionista¹⁷. Em seguida foi comprado e incorporado ao grupo dos Diários Associados¹⁸, considerado “o mais antigo dos jornais em circulação”. Entre seus colaboradores da década de 1930 encontram-se Graciliano Ramos¹⁹, Artur Acioli²⁰, Raul Lima²¹.

Inicialmente, as setenta matérias pertencentes ao periódico *Jornal de Alagoas* e *A Gazeta de Alagoas* foram analisadas tendo como referência os conteúdos abordados em cada matéria. Segue o modelo da ficha de conteúdo elaborada para a exploração dos dados.

¹⁷Situacionismo é a posição política ocupada por um determinado grupo que estão no poder, em situação dominante exercendo o governo. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/situacionista/>> acessado no dia 22 de junho de 2015.

¹⁸Criado por Assis Chateaubriand o grupo Diários Associados se tornou a primeira rede comunicação do Brasil promovendo a integração nacional através da informação, o grupo investe em reportagens internacionais e em diferentes edições diárias. Disponível em: <<http://www.diariosassociados.com.br/linhadotempo/decada30.swf>> Acessado em: 28 de abril de 2014.

¹⁹Graciliano Ramos nasceu no dia 27 de outubro de 1892, na cidade de Quebrangulo, sertão de Alagoas, Em 1909, passa a colaborar com o "Jornal de Alagoas", de Maceió, publicando o soneto "Céptico" sob o pseudônimo de Almeida Cunha. Até 1913, nesse jornal, usa outros pseudônimos: S. de Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Lambda, este usado em trabalhos de prosa. Até 1915 colabora com "O Malho", usando alguns dos pseudônimos citados e o de Soeiro Lobato.

²⁰Colaborou no Jornal de Alagoas, inclusive no setor literário e humorístico, com o pseudônimo de Astêmio. Desse jornal foi diretor

²¹Raul Lima, escondido nos pseudônimos de Ramil e Dan, colaborou na década de 1930, tendo sido inclusive seu responsável, em 1932, com o afastamento e detenção, pela censura, de Mendonça Braga, então seu dirigente. Em meados de 1946 inicia a publicação de uma “Página Literária”.

Quadro 1- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do *Jornal de Alagoas*.

| | |
|-----------------------|---|
| Periódico | JORNAL DE ALAGOAS |
| Data | 09/03/67 |
| Matéria | SANGUE VOLTOU A CORRER NA POLÍTICA ALAGOANA: 32 TIROS CEIFRARAM ONTEM VIDA DE ROBSON MENDES. |
| Resumo | Robson Mendes foi trucidado na localidade de Mata-burro, município de Minador do Negrão, seu carro foi interceptado por quatro automóveis, sendo disparados tiros de metralhadoras, duas das três pessoas que estavam com ele não se conhece o paradeiro. O corpo de Robson será velado e enterrado em Palmeira dos Índios. |
| Palavras-chave | Trucidado/ metralhadora/ pessoas |

FONTE: *Jornal de Alagoas*, 09 de março de 1967.

Quadro elaborado pela autora da dissertação, Maceió, 2015.

Para o levantamento e tratamento das informações contidas nas fontes documentais utilizei o método de análise de conteúdo – caracterizado como um conjunto de técnicas de análise dos conteúdos do material documental, visando alcançar por intermédio dos procedimentos sistemáticos e objetivos de organização.

A descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos e/ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

Das matérias constitutivas destas três etapas da “Trilogia do Crime” foram retirados das matérias, os índices semânticos. Este procedimento possibilitou a identificação nos discursos jornalísticos, de vários adjetivos pejorativos com uma ocorrência frequente (90%) de índices ou itens semânticos. As palavras “monstro”, “criminoso”, “bandido”, “indolente”, “perverso”, “exaltado”, “desocupado”, “rústico”, “ignorante”, “facínora”, “frio”, “cruel”, “pistoleiro”, “matador”, “marginal”, “assassino” e “pistoleiro de alta periculosidade” são constantes e indicam uma terminologia que desqualifica e estigmatiza de forma negativa Zé Crispim e a classe social a qual pertence, desenhando para a população, um perfil do acusado. Vejam o quadro:

Quadro 2- Porcentagem da frequência dos índices semânticos nas matérias dos periódicos.

| CATEGORIAS | CRIME | FUGA | MORTE |
|--------------------|--------------|-------------|--------------|
| PISTOLEIROS | 60% | 90% | 70% |
| BANDIDOS | 40% | 80% | 85% |
| MATADORES | 15% | 60% | 15% |
| ASSASSINOS | 5% | 40% | 4% |
| CRIMINOSOS | 5% | 20% | 10% |

Quadro elaborado pela autora. Maceió, 2015.

Observamos que na fase do “crime”, uma frequência menor de palavras negativas com relação aos acusados, pelo fato de no início das investigações não existir um acusado, o que só foi possível no decorrer do inquérito. Já na etapa da “fuga”, quando já sabiam quem eram os acusados, os índices pejorativos passam a existir com mais frequência, quase que em 100% das matérias analisadas. Conclui-se, que na última fase, da “morte”, as matérias procuram levantar suspeitas sobre o ocorrido, afinal a sentença já havia sido, antecipadamente dada.

Para aprofundar a exploração do material e continuar com a construção das operações de codificação, com base nos recortes, unidades semânticas: temas, frases e palavras; elaboramos fichas de conteúdos dos periódicos para possibilitar o exercício das inferências, buscando identificar palavras, expressões, autores, nomes de pessoas, enfim, tratar analiticamente e criticamente as informações dos periódicos e assim, poder partir para a fase interpretativa.

3.1.2 A GAZETA DE ALAGOAS

O jornal *A Gazeta de Alagoas* entrou em circulação no estado de Alagoas no dia 25 de fevereiro de 1934, foi fundado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira. Em 1952 foi vendido para Arnon de Mello, hoje faz parte das Organizações Arnon de Mello (OAM). Durante a pesquisa no jornal *A Gazeta* foi possível identificar a mesma frequência de matérias encontrada no *Jornal de Alagoas*, quase todos os dias possuía uma matéria que tratava sobre o caso “Zé Crispim”. Todo o caso foi noticiado desde dia do crime, durante a fuga no interior, até o dia da morte de Crispim. Foi possível identificar que as matérias referentes ao crime, o processo investigativo, divide o

destaque com as matérias que noticiam a morte do ex-prefeito da cidade de Marechal Deodoro-AL, por questões políticas também.

Quadro 3- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do jornal *A Gazeta de Alagoas*.

| | |
|-----------------------|--|
| Periódico | A GAZETA DE ALAGOAS |
| Data | 05/03/67 |
| Matéria | Zé Crispim foi morto ao tentar reagir à prisão |
| Resumo | Descreve como ocorreu a emboscada, detalhando a morte de Zé Crispim, apresentando algumas fotografias do corpo de Crispim exposto no IML (Instituto Médico Legal). |
| Palavras-chave | Emboscada/ Morte/ exposição |

FONTE: Jornal *A Gazeta de Alagoas*, 05 de março de 1967.

Quadro elaborado pela autora da dissertação, Maceió, 2015.

3.1.3 O JORNAL DO BRASIL

O Jornal do Brasil foi fundado no dia 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Souza Dantas, menos de dois anos após a proclamação da República a gerência de Henrique de Villeneuve e a chefia de redação de Sancho de Barros Pimentel. Desde sempre correspondendo à confiança dos seus leitores, como prometeu no editorial do seu lançamento em 9 de abril de 1891, o *Jornal do Brasil* acompanhou o processo histórico nacional ao longo de todo o século XX. E se consolidou acompanhando a evolução da sociedade brasileira, mantendo a sua vocação para o pioneirismo, tanto no que diz respeito à qualidade editorial como à produção gráfica, servindo de modelo e referência para o jornalismo brasileiro.

No dia 31 de março de 1967, o periódico apresenta uma matéria dando repercussão nacional para o caso “Zé Crispim” tendo como título: “PRESO FAZENDEIRO ALAGOANO QUE CONTRATOU PISTOLEIROS PARA MATAR ROBSON MENDES”. A matéria apresenta informações do correspondente do *Jornal do Brasil*, na cidade de Maceió. A matéria inicia de forma polêmica narrando o caso do assassinato do ex-deputado Robson Mendes, por seus ex-capangas Gago e Crispim, enquadrando as seguintes afirmações o “deputado-pistoleiro”, o “deputado cassado”, e afirma que o mandante foi o fazendeiro Zé Fernandes que na situação se encontrava

preso, e teria confessado o crime, e Enéias Ferreira amigo de Zé Fernandes também preso, responsável pela intermediação do fazendeiro com os pistoleiros, que até o momento estavam foragidos.

Ao expressar a prisão de Zé Fernandes e Enéias Ferreira, o jornal apresenta como o início para o desmembramento do crime em Alagoas, e que a partir daí a polícia vai “compôr o quadro real do sertão de Alagoas, transformado em verdadeira Sicília”²². Expondo o crime organizado no Estado, e enfoca que é fato inédito um fazendeiro sendo um dos homens mais ricos da região ser preso. A matéria relata a prisão de outro fazendeiro preso que é o Zé Preta, acusado de ser mandante de um crime encomendado à Robson Mendes, que designou para o ato o pistoleiro Zé Crispim, que na ocasião não encontrou em casa o homem condenado a morte, Crispim matou o pai do rapaz, e a mãe ao ver o marido morto suplicou para que a matasse também, pedido este que foi atendido por Crispim, que assim o fez, matando os pais do homem que havia sido encomendada sua morte.

Por fim a matéria é concluída com uma informação importante afirmando que fazendeiros e coiteiros estavam em pânico, com a ordem da polícia de investigar crimes até então inexplicáveis, sem se deter em fortunas e prestígio político dos mandantes, ou seja, muito dos homens importantes seriam agora investigados, caso houvesse alguma suspeita, e que não seriam inocentados dos casos, por serem pessoas ligadas ao poder local.

Quadro 4- Modelo da ficha para a análise de conteúdo do *Jornal do Brasil*.

| | |
|-----------------------|---|
| Periódico | JORNAL DO BRASIL |
| Data | 31/03/67 |
| Matéria | “PRESO FAZENDEIRO ALAGOANO QUE CONTRATOU PISTOLEIROS PARA MATAR ROBSON MENDES” |
| Resumo | A matéria apresenta informações que afirma o nome de fazendeiro Zé Fernandes como mandante do crime do ex-deputado Robson Mendes, que já estaria preso e teria confessado o crime, e o nome de Enéias Ferreira como intermediário na negociação entre o fazendeiro e os pistoleiros. Até esta data estavam foragidos. |
| Palavras-chave | Fazendeiro/Mandante/Intermediário |

FONTE: *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1967.

Quadro elaborado pela autora da dissertação, Maceió, 2015.

²² *Jornal do Brasil*, 31 de Março 1967.

Os conteúdos extraídos dos citados periódicos foram classificadas e sistematizadas em três fases sequenciais: o crime, a fuga e a morte, considerando sua cronologia e temáticas. As datas das matérias abrangem desde o dia 09/03/1967 com o crime que gerou toda a repercussão do caso e finaliza com a morte do Zé Crispim e a captura do seu companheiro Zé Gago em 12 de Março de 1968.

- O CRIME

A primeira demarcação trata-se do ato do crime – momento em que é relatado o assassinato do ex-deputado Robson Mendes pelo pistoleiro Zé Crispim. Este alega as razões que o levaram a cometer o crime; faz uma descrição do plano de execução do crime; indica as pressões e represálias pelas quais passou; descreve como ocorreu a sua prisão no dia 18 de abril de 1967. Durante o inquérito, os nomes de Zé Crispim e de seu parceiro Zé Gago surgem como acusados, passando a serem perseguido pelas forças policiais. No início das investigações, Crispim aparece como um dos informantes do crime, pois, após o assassinato, encarrega-se de avisar a viúva de Robson Mendes, o fato ocorrido.

Esta fase é composta por 10 matérias, sendo cinco (05) de primeira página e cinco (05) de sexta página. Está cronologicamente demarcada entre o dia 09/03 até 03/06 de 1967. Observa-se que no princípio, não havia uma indicação de quem tinha sido o assassino de Robson Mendes, as investigações do crime realizadas por Aduino Gomes Barbosa, Coronel e Secretário de Segurança do estado de Alagoas, encaminhava o crime para os “elementos da segurança de Robson” (*Jornal de Alagoas*, 10 de março de 1967), “os autores materiais do assassinato são elementos da guarda pessoal de Robson” (14 de março de 1967). Portanto, Zé Crispim e Zé Gago não são titulados de “pistoleiros”, mas identificados como elementos da segurança pessoal de Robson Mendes. O jornal *A Gazeta de Alagoas* apresenta a matéria que relatam o assassinato de Robson Mendes, “Robson Mendes foi traído pelos homens da sua segurança pessoal” (*A Gazeta de Alagoas*, 10 de março de 1967). Considerando que o crime ocorreu no dia 09 de março de 1967, e já no dia seguinte já existia a suspeita dos autores materiais, ou seja, em pouco tempo de investigação os nomes dos suspeitos já haviam surgido, porém

só depois de algum tempo de investigação é que foi possível identificar o nome do autor intelectual.

Com a morte de Robson Mendes uma série de outros crimes e intenções de crimes vem à tona, envolvendo o mesmo como mandante. Vários são os nomes de políticos e fazendeiros que aparecem, como por exemplo, o delegado Rubens Quintela e Adeildo Nepomuceno, prefeito da cidade Santana do Ipanema, como sendo os próximos da “*lista negra*” (Jornal de Alagoas, 03 de junho de 1967) que Robson Mendes havia elaborado para eliminar seus inimigos; acrescenta-se ainda, nomes de outros políticos, fazendeiros, juízes de direito, e “boiadeiros”²³. Nesta fase surge uma espécie de parceria para matar com a existência de um Sindicato do Crime em Alagoas,

[...] outros nomes foram surgindo, até mesmo um “caixinha” com 15 milhões para a morte de Robson Mendes, considerando agora a existência do Sindicato do Crime por parte da polícia” (Jornal de Alagoas, 19 de abril de 1967).

Outro ponto a ser observado na etapa que titulamos “crime” é a repercussão causada pelo crime na Câmara Federal, quando o governador Lamenha Filho²⁴ foi acusado pelos Srs. Aluísio Nonô²⁵ e Djalma Falcão²⁶, de ser inimigo pessoal de Robson Mendes, pois o mesmo havia participado do tiroteio na Assembleia Legislativa de Alagoas, em 1965.

- A FUGA

A fuga é o momento da saída de Zé Crispim da cadeia procurando abrigo na cidade de Olivença dia 17 de janeiro de 1968, e de toda a perseguição policial em busca do pistoleiro Zé Crispim e seu parceiro Zé Gago pelo sertão de Alagoas²⁷. Seguem-se as incursões da dupla nas cidades em busca de mantimentos; as emboscadas; a prisão das

²³Nome dado a membros de família de fazendeiros com muitas propriedades no interior de Alagoas. ²⁴Antônio Semeão Lamenha Filho, Eleito governador, por via indireta, assume em 16/9/1966, permanecendo até 15/3/1971.

²⁵Aloysio Ubaldo da Silva Nono, deputado federal de 1959, cassado em 1964, após o golpe militar. ²⁶Djalma Falcão o ex-deputado federal e ex-prefeito de Maceió.

²⁷Principalmente nas regiões da cidade de Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios.

mulheres dos procurados, as aventuras retratadas em meio à Caatinga. Crispim apresenta grande habilidade para se locomover no sertão, além da ajuda de padrinhos e “coiteiros”²⁸ que o ajudavam com mantimentos, munição e aparatos de fuga.

Segundo as matérias do Jornal de Alagoas, a fuga do presídio foi espetacular e inexplicável, “Imitando mocinhos de cinema os assassinos de Robson fogem do presídio...” (Jornal de Alagoas, 17 de janeiro de 1968), durante a madrugada ao cair forte chuva, Zé Crispim e Zé Gago arrobam o teto e fogem. Usam quatro (04) lençóis e uma (01) toalha para o feitiço de uma espécie de corda. Segundo as narrativas dos jornais, nada foi percebido pela polícia, nem a abertura do teto, muito menos o ato da fuga. Os dois soldados de sentinelas²⁹ que estavam de plantão não perceberam absolutamente nada. As matérias dos jornais comentam que “[...] os pistoleiros se evadiram do local, seguindo para o sertão”. Refazendo a trilha da perseguição de Crispim no sertão alagoano, observo que as narrativas dessas “fugas extraordinárias” dos cercos policiais são bastante lacunares de informações, pois eram repassadas pela polícia para a imprensa objetivando evitar que atrapalhassem as investigações. Porém sempre afirmavam que “haverá a captura de qualquer forma”(Jornal de Alagoas, 15 de março de 1967), e que os “pistoleiros” estavam cercados por terra e água. Cerco efetuado por uma lancha da Petrobrás que percorria a Zona do São Francisco.

As matérias jornalísticas não informam como os bandidos conseguiram locomoção para o interior do estado, considerando as condições climáticas, horários e condições financeiras. Há um relato no periódico Jornal de Alagoas, 30 de janeiro de 1968 que apresenta Crispim e Gago como tranquilos durante a fuga: “[...] estiveram em um boteco na região de Santana, para se reabastecerem e pagaram bebidas para todos que ali estavam [...]” (Jornal de Alagoas, 30 de janeiro de 1968). Apresentado assim um perfil não de um homem cruel, temido de alta periculosidade como afirmava a polícia, mas de um homem simples e tranquilo, que nada temia.

A Gazeta de Alagoas notícia “Polícia sem pistas para capturar Zé Crispim admite participação de “coiteiros” na fuga” (A Gazeta de Alagoas, 24 de janeiro de 68). A polícia foi deslocada da capital, pouco conhecia a caatinga, não estavam acostumados com a região, mesmo com a ajuda dos policiais locais foi complicada a busca por

²⁸ Indivíduo que dava apoio, olho e ouvido do cangaço. Aliado do cangaço, vigiava a movimentação das polícias militares estaduais, encomendava armas e munições para o bando. LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2011, p. 184.

²⁹ Soldados que faziam a vigilância no presídio no período da noite.

Crispim e Gago ambos sertanejos, conhecedores da região, obtiveram vantagem em alguns momentos.

Quando os “pistoleiros” se entregam no estado de Salvador, após obterem informações que suas famílias sofriam represálias por parte da polícia alagoana, acaba a perseguição. De fato, a esposa de Zé Crispim, e a esposa de Zé Gago, foram presas sem acusação e sem flagrante. Elas foram detidas pela polícia para prestarem esclarecimentos sobre “o paradeiro de seus respectivos maridos”. Em uma notícia do periódico analisado, identificamos uma descrição do acontecimento:

Registra-se o desespero em que se encontra mulher de Zé Crispim, a qual foi retirada abruptamente de sua residência, ali deixando abandonadas cinco criancinhas, entregues aos cuidados apenas de uma avó louca. (Jornal de Alagoas, 1968).

O periódico registra o constrangimento sofrido pelas mulheres dos acusados e discorre sobre a defesa judicial exercida pela Dra. Maria Lígia³⁰, advogada de Zé Crispim e Zé Gago. E contam que foi após se entregarem a justiça e serem informados dos constrangimentos, Zé Crispim junto com alguns policiais, planejaram a fuga, “*de forma cinematográfica*”, conseguindo fugir da penitenciária com o seu parceiro Zé Gago. A fuga de Zé Crispim suscitou muitas perguntas, surgindo os questionamentos sobre a participação de policiais e/ou do “Sindicato do Crime”. Durante toda a perseguição policial Crispim teve ajuda de “coiteiros” e “fazendeiros”, com alimentos e esconderijos, além de dinheiro e munição que auxiliaram Zé Crispim a escapar da polícia. As notícias sobre esta fase somam 32 matérias, onde a maioria encontra-se na primeira página. Algumas informações foram dadas pelo companheiro de Crispim sobre a fuga, Zé Gago com aparentes problemas mentais, e descontrole pela morte de seu parceiro Crispim. Este cita alguns nomes de pessoas que aconselharam Crispim a fugir, dentre eles Rogério Maia Costa (suspeito de atentado à família Mendes) e Carlos Alfredo de Carvalho – carrinho – mandante do assassinato do prefeito Edval Lemos, do município de Marechal Deodoro. Entretanto, Zé Gago deixou dúvidas com relação a

³⁰Maria Ligia Riberio Oliveira, advogada representante de Zé Crispim e Zé Gago.

algumas informações. Esta etapa compreende vinte e oito (28) matérias, sendo a maioria de primeira página.³¹

- A MORTE

Este é o momento da espetacularização da morte de Zé Crispim, morte envolta em polêmicas, em intrigas e acusações sobre os comprometidos, os pagantes, as relações de colaboração e apoio logístico ao pistoleiro; os simpatizantes; a condenação. Ocorre que depois de grandes aventuras no meio da caatinga no sertão de Alagoas, Crispim é alvejado pela polícia. Estava fraco após ter sofrido um ferimento na mão direita, em uma tentativa de roubo. Ao tentar roubar uma pequena casa no interior conhecido como Gravatá, foi atingido por um tiro de um menor de 17 anos que morava com a mãe na referida casa invadida por Zé Crispim e Zé Gago. O tiro alveja o dedo da mão direita de Crispim, que vai embora ferido, perdendo muito sangue, portanto, debilitado torna-se presa mais fácil à captura. A volante comandada pelo Cel. Osman Lins tinham ordens expressas para liquidação de Crispim e Gago, pois por diversas vezes tiveram os mesmo bem próximos de serem capturados, mas sempre sem sucesso, considerando o conhecimento de ambos da caatinga, assim em um cerco policial Crispim abatido pelo ferimento, foi alvejado pela polícia.

Crispim foi morto no dia 5 de março de 1968, na Serra do Gurgi no município de Santana do Ipanema, envolto em uma esteira foi conduzido em seguida ao IML (Instituto Médico Legal) na capital Maceió, onde foi avaliado pelos legistas e posto à visitação pública, como um troféu policial, “mesmo magro e castigado pelas caminhadas no sertão Crispim manteve seus traços” (Jornal de Alagoas, 05 de março de 1968). O jornal A Gazeta de Alagoas apresenta na página principal uma matéria completa sobre a morte de Zé Crispim, relatando os detalhes da emboscada, apresenta também algumas fotografias do corpo de Zé Crispim quando foi posto para visitação pública, “Crispim foi morto ao tentar reagir à prisão” (A Gazeta de Alagoas, 05/03/1968). Levando para seu túmulo os segredos da sua fuga, os nomes dos ajudantes, enfim tudo o enredo da trama policial, “centenas de pessoas esperavam na praça da faculdade o corpo do mais famoso pistoleiro dos últimos tempos...” (Jornal de Alagoas, 05 de março de 1968).

³¹Estas fontes podem ser localizadas no Arquivo Público de Alagoas.

3.2 A REVISTA *REALIDADE*

A revista *Realidade* foi fundada no ano de 1966, pela Editora Abril, tendo como objetivo abranger os mais diversos assuntos, com uma escrita leve e objetiva, possuía um modelo inovador, a irreverência se tornou sua marca, pois possibilitava maior liberdade para os jornalistas e editores. A prática do profissional de imprensa dos anos 60 era influenciada por essas circunstâncias, que podem explicar o surgimento da revista *Realidade* e o uso de técnicas literárias no seu jornalismo. A tensão do clima político-cultural da época tornou possível a confluência dos profissionais de imprensa e das estruturas partidárias que movimentaram a revista *Realidade*.

Nesse novo estilo os jornalistas tinham total liberdade para escrever os textos em primeira pessoa, inserir diálogos com travessões, fazer descrições minuciosas de lugares, feições, objetos. *Realidade* era uma revista que trabalhava com o jornalista, para que ele conseguisse transmitir em suas reportagens uma ideia real do fato, através de entrevistas interativas. Mesmo tendo um curto período de existência, a Revista *Realidade* foi fundamentalmente importante para a imprensa brasileira, rompeu com todos os padrões estruturais, aboliu o jornalismo tradicional questionando o que não era questionado, dizendo o que não era dito de maneira sutil. A Revista parou de ser publicada em 1976.³²

A revista tinha entre seus profissionais o psicanalista e jornalista Joaquim Roberto Corrêa Freire nasceu em São Paulo no dia 18 de janeiro de 1927. Formou-se em Medicina, na Universidade do Brasil/RJ em 1952. Atuou durante alguns anos realizando trabalhos na área de endocrinologia clínica, em seguida realiza sua formação em Psicanálise, foi militante político lutando contra a ditadura militar, desenvolveu atividades artísticas e culturais, especialmente no campo da poesia e do teatro. Dedicou sua vida a psicanálise, teatro, televisão, jornalismo e a literatura.

Durante o tempo que foi colunista na Revista *Realidade*, Roberto Freire dedicou uma de suas matérias para retratar o caso “Zé Crispim”, na coluna Documento, ano II, número 24, março de 1968, página 40. A matéria teve como título: “Profissão, matador – É Zé Crispim que ganha para matar. Ele é uma peça do sindicato do crime que sustenta o poder político num Estado nordestino”. Roberto Freire inicia a matéria exibindo um resumo do caso, relatando o crime até a perseguição dos acusado, em seguida, apresenta

³²Disponível em: <<http://vioureality.blogspot.com.br/2010/05/historia-da-revista-realidade.html>> Acessada em: 10 de Março 2014.

um depoimento realizado com “Zé Crispim” na cidade de Salvador – BA, gravado pela Radio Gazeta de Alagoas, no dia 14 de abril de 1968, outro depoimento no dia 15 de abril do mesmo ano, na cidade de Palmeira dos Índios – AL, também registrada pela Rádio Gazeta de Alagoas, no dia 20 de abril foi realizada uma entrevista a reportagem da Gazeta de Alagoas, o que Roberto Freire também descreve.

O jornalista/psicanalista apresenta o caso Crispim narrando o crime do assassinato de Robson Mendes iniciando o enredo quando a mulher do ex-deputado é informada do crime, e segue sua narrativa, apresentado a descoberta dos nomes dos assassinos até a captura dos mesmos, Roberto Freire ressalta também em sua matéria o caso da violência no Estado de Alagoas, expondo em uma revista de circulação nacional o emaranhado de crimes sem solução cometidos em Alagoas, ele ressalta este ponto quando relata que os políticos da região começaram a falar na necessidade de intervenção federal para tentar acabar com os crimes no Estado, “Era a grande oportunidade, através do esclarecimento desse caso, de se iniciar o desmantelamento do fantástico sindicato do crime de Alagoas” (*Realidade*, 1968, p.42).

Freire apresenta também a resposta do Governador Lamenha Filho e seus secretários, Doutor José Alves e Cel. Adauto Barbosa, que alegam a causa para o fenômeno da violência no estado, está ligada a situação econômica e social da região. E como a região não pode resolver sozinha seu subdesenvolvimento social e econômico, o problema passa a ser nacional.

A matéria apresenta as transcrições dos depoimentos realizados por Crispim, numerados acima, o primeiro depoimento foi realizado no dia 14 de abril, na cidade de Salvador - BA, Crispim inicia o relato, apresentado seus dados gerais, sua origem e sua vida antes dos crimes, e na sequência apresenta a sua versão dos fatos, assumindo a autoria do crime, exhibe os motivos do crime, apresentado outros crimes cometidos à mando de Robson Mendes, e nomes de pessoas envolvidas nos crimes realizados, os pagantes, os intermediários, e os executores, oferece a polícia com riqueza de detalhes fatos que se encontravam inexplicáveis.

No segundo depoimento realizado no dia 15 de abril na cidade de Palmeiras dos Índios, Crispim apresenta para a polícia seus crimes motivos e pagantes, com evidência seu primeiro crime, realizado não por dinheiro, mas por honra, por ter sido acusado de roubo por um velho agricultor da região a até ter sido alvo de disparos de arma de fogo pelo mesmo, movido por revolta e ódio Crispim assassina o fazendeiro que o acusou, daí por diante mergulha no mundo crime, financiado por alguns homens importantes da

região. Durante seu relato Crispim ressalta “Meu primeiro trabalho foi na agricultura. Depois comecei a matar: Zezé, Antonho, o velho Cirilo e a velha, Zé Gregório, Arlindo, Miguel, Zé Mané e seu Robes. Vontade de trabalhar sério tenho muita” (Realidade, 1968, p. 44).

Um ponto importante apresentado na matéria é o enfoque dado para a fala de Crispim que sempre ressalta “matei para não morrer”, esta frase é repetida durante a matéria, destacando que o motivo principal para o assassinato do ex-deputado Robson Mendes, foi o receio que Crispim tinha de que ele iria matá-lo, descrevendo um comentário feito por outro pistoleiro chamado Luiz avisando a Crispim que Robson Mendes pretendia acabar com a vida dele, pois ele já sabia demais, era uma forma de “queima de arquivo”. O que de fato ocorreu não pelas mãos de Robson, mas pelas mãos da polícia.

Dentre os relatos apresentados por Crispim, durante os depoimentos um chama atenção, quando expressa seus anseios futuros, deixando claro que não queria ter entrado na vida do crime e que pretendia sair, buscar nova vida em outro lugar se necessário:

Repórter- Agora você vai ser julgado. Caso seja condenado, quando sair da prisão você pretende se regenerar?

Crispim – Trabalhar, eu pretendo trabalhar, fazer com que viver, se aqui não der eu pego minha mulher e meus três filhos e vou embora pro sul, Paraná ou Mato Grosso. Coragem de trabalhar eu tenho em toda miséria do mundo: no machado, na foice, na enxada. Eu, que me criei trabalhando na agricultura, vou findar morrendo na agricultura. Matar gente não é ramo pra homem... (Realidade, 1968, p. 47)

Entre outros pontos da entrevista, Crispim ressalta seu desejo de voltar a ser trabalhador na agricultura, sempre enfocando seu arrependimento pelo primeiro crime, o que o levou a situação de ser um homem procurado surgindo à necessidade de fugir, recebendo apoio de alguns com outros interesses, que não era voltado para o trabalho no campo.

Roberto Freire apresenta ainda uma análise psicológica de um pistoleiro nordestino, comparando com um soldado em guerra:

[...] para os dois o inimigo é igualmente real e implacável, e o remorso pela morte do adversário é substituído por uma forma racionalizada de heroísmo, quase que uma vingança lícita, antecipada (se não o matasse, ele me mataria). (Realidade, 1968, p.55).

O inimigo é sempre cruel. A imagem relatada de Crispim apresenta-o como um homem educado, e inteligente, com jeito de sereno e tranquilo, é descrito da seguinte forma:

Está de calça e camisa esporte de linho creme, bem passada, limpíssima. Sapatos novos e polidos. Um lenço entre as mãos. Mãos finas, dedos longos. A atitude é de quem se defende e ao mesmo tempo quer agradar. Conhece, certamente, essa possibilidade em si mesmo. (Realidade, 1968, p. 55).

Roberto Freire apresenta Crispim em uma revista de circulação nacional narrando a história da vida de um assassino, com detalhes apresenta seus crimes, mais sempre ressalta falar em que Crispim se justifica e buscando apresentar saída para seus atos. Freire dá um destaque maior para as questões políticas que envolvem o caso, as falas dos políticos na tentativa de justificar tais atos, culpando a situação econômica e social do estado. Crispim não é apresentado como um bandido cruel, sem escrúpulos, pelo contrário, os destaques dados na elaboração da matéria, o apresenta como vítima de um sistema arcaico, coronelista.

3.3 A PEÇA DE TEATRO

A peça de teatro intitulada “*O processo Crispim*” descreve o caso tendo como foco o julgamento, não aborda total realidade dos fatos, mais os tem como base, procura se debruçar sob o teatro popular e os folguedos folclóricos. O autor é o jornalista profissional, escritor e consultor especializado em análise política, Luiz Gutemberg Lima Silva. Nasceu em Maceió no ano de 1937, onde viveu até os 18 anos. Com graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, experiência como repórter na *Gazeta de Alagoas*. Trabalhou na revista *Manchete*, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), editor-assistente da revista *Veja* (São Paulo), ex-professor do Curso de

Jornalismo da Universidade de Brasília, analista político e diretor da *Rede Bandeirantes* (Brasília).

Luiz Gutemberg é autor de várias peças teatrais: “Auto da Perseguição e Morte do Mateu”, “O Homem que enganou o diabo ... e ainda pediu troco”, “Auto da lapinha Mágica” e “O Processo Crispim”. Desde os 16 anos trabalhava na Gazeta, em seguida trabalhou na revista Manchete, depois transferido para o Jornal do Brasil, em 1961, aceitou um convite para ser Chefe da Casa Civil do Governador Luiz Cavalcante, recebendo em seguida um convite da Veja, onde trabalhou por anos. Foi jornalista na TV, fazendo análise política pela Rede Bandeirantes. Ao ser questionado sobre os seus trabalhos no teatro pela jornalista alagoana Maíra Malta, Gutemberg afirma:

LG- Basta pensar – porque teatro é reflexão – e transpor para o palco os conflitos, os cômicos e, principalmente, os trágicos – porque teatro é conflito – do dia-a-dia de Alagoas.

Minha pequena e pobre literatura reflete as minhas contingências – primeiro, de jornalista profissional, dedicado ao trabalho duro da reportagem política, em que terminei por me especializar e que me levou através do mundo – de um homem que, por mais terras que tenha percorrido, manteve-se fidelíssimo às suas raízes, à sua gente e a si mesmo, e escreve, como viveu e morrerá, alagoano. Meus romances, biografias e teatro não disfarçam essa realidade.

Jornalismo é vida. Ou, para ser realista, o jornalismo trabalha com uma das utopias humanas mais desafiadoras, que é a busca da verdade, que “nunca está onde nós a pomos e nunca pomos onde nós estamos”, como reclamava o poeta da felicidade. Mas, vale a pena, com as ferramentas profissionais da investigação (onde, como, quem, porque, quanto, quando) e a correta expressão da língua reduzir visões e informações em dados essenciais para o exercício da liberdade. Por isso, sem democracia não há Jornalismo³³.

A peça “O Processo Crispim” foi dividida em duas partes, na primeira podemos identificar como o processo de entrada do pistoleiro na vida do crime, seus crimes iniciais, sua fuga, viagem para o centro-sul do país. Apresentando os motivos que o levaram ao mundo do mandonismo, tornando-se uma máquina pronta para matar, para quem pagar mais sem nenhum pudor. A segunda parte narra a volta do pistoleiro para Alagoas e a criação do seu vínculo mais importante, seu último patrão que dai o levou até sua morte.

³³Entrevista realizada pela Repórter (es) Maíra Malta e Rafaella Romariz. Disponível em: <http://www.etudoteatro.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93> Acessado em: 27/03/ 2014.

Na primeira parte, o cenário é composto apenas por uma mesinha do escrivan com uma maquina de escrever representando uma delegacia de polícia de uma cidade do interior do Nordeste, tendo como personagens o delegado, o escrivan e Crispim. A “cena I” inicia retratando um interrogatório, Crispim é questionado pelo delegado da cidade de Palmeira dos Índios, que faz perguntas básicas sobre seus dados pessoais como: nome, naturalidade, estado civil, idade e etc., buscando fazer um pequeno resumo sobre a vida do então acusado, o autor apresenta Crispim com simplicidade, pois nas perguntas sempre finalizando suas falas com “senhor sim”. Demonstrando submissão a força policial, que por vezes se posicionou de forma rude.

Dando sequencia entra em cena um locutor da Rádio Difusora de Alagoas com uma lanterna em mãos para focalizar pessoas na plateia, inicia sua fala fazendo uma propaganda da Loja Progresso de Virgílio Cabral³⁴, em seguida anuncia o inicio do julgamento de Crispim, o qual afirma que terá vários jurados e com a lanterna ele focaliza pessoas na plateia, e relata que serão homens importantes, mulheres bonitas, industriais, professores, estudantes, proprietários rurais e urbanos, “talvez até operários”, nessa parte da peça o autor apresenta o desmerecimento para com as classes operárias, deixando claro o preconceito vivo pelos operários na época.

Para dar inicio ao julgamento de Crispim surge em cena o juiz que ira fazer alguns questionamentos aos jurados (público da plateia) o autor Luiz Gutemberg apresenta problematizações que refletem as representações dos intelectuais (escritores e jornalistas) críticos em relação às relações desiguais e injustas da sociedade alagoana:

PRIMEIRO – Todos são iguais perante a lei?
 SEGUNDO – Se a lei é escrita e analfabeto não sabe ler, como é que é?
 TERCEIRO – quem nasce como bicho, pode ser julgado como cidadão?(GUTEMBERG, 1978, p.67).

Luiz Gutemberg faz uma crítica à política alagoana. Ele inicia apresentando uma sequência de slides com recortes de jornais reportando a violência em Alagoas, em seguida, coloca dois deputados discutindo sobre a influência dos jornais para a imagem de Alagoas, onde são feitas críticas pelo fato dos jornais noticiarem os crimes que acontecem no estado, quando um deputado chega a ser acusado de ser “mau alagoano”

³⁴Loja de tecidos de tecidos localizada na cidade de Maceió Alagoas “Virgílio Cabral& Cia.”

por ser conivente com os jornalistas, fica perceptível a análise feita pelo dramaturgo de repúdio aos atos políticos locais. É possível perceber que o autor Luiz Gutemberg busca em sua narrativa representar o nordestino na figura de Crispim, na cena V – o dramaturgo apresenta uma mescla entre os negócios do campo e os crimes cometidos por Crispim, na sequência do interrogatório, o acusado foi questionado sobre quantos crimes cometeu, respondendo de forma mais objetiva tratando os crimes como negócios em grosso ou no varejo, dando o seguinte exemplo:

CRISPIM – Senhor sim, não se diz armazém de grosso, que é o armazém do comerciante rico, aqueles que compram feijão barato aos roceiros, para ensacar e esperar que o preço melhore na entressafra? Pois é isso mesmo. Comecei fazendo morte miúda, no varejo, como vendedor miserável de feira, vende farinha seca aos litros. Depois fiquei grossista, matando aos magotes. Fiquei tubarão. Mas, no começo matei foi no varejo (GUTEMBERG, 1978, p.44).

Durante a peça é perceptível à presença da cultura nordestina, quando entra o cantador ou violeiro de feira, que recita um folheto de cordel³⁵ dedicado a Crispim, o dramaturgo apresenta um personagem violeiro, inserindo Zé Crispim no imaginário popular. O folheto de cordel que tinha o título “*Lampião morre outra vez na Serra da Quixabeira*” é uma demonstração clara da admiração dos sertanejos para com a figura de Crispim:

Gente vou contar a vida
Dum bandido da atualidade
Como nunca se viu outro
Desde da antiguidade
Se aparecer outro igual
Vai ser grande novidade

Durou vinte e dois anos
Serviu de cangaceiro Pra
todo rico senhor Chegou a
ser bom roceiro Mas viu
em tempo coitado Que
não dava dinheiro [...]

³⁵Os cordéis são textos populares, que representa a voz do povo, a cultura popular de uma determinada comunidade, o seu imaginário, traduzindo em versos, o pensamento dessas pessoas sobre um determinado fato.

Inicia o cordel apresentado à história de Crispim, como um bandido singular, que teve uma vida curta, sendo morto aos vinte e dois anos, trabalhou no campo, como agricultor, mais logo foi para o crime, servindo de cangaceiro, para “os senhores”, ou seja, os detentores do poder local, o cordelista demonstra seu pesar ao utilizar a palavra “coitado” expondo seus sentimentos de forma a sentir que Crispim não teve escolha.

Valente, forte, perverso
Era a máquina procurada
Pra matar sem piedade
Pegando gente descuidada
E sumindo das cidades
Em carreira disparada

Sem parentesco de sangue
Noutra encarnação na
certa Foi gêmeo de
Lampião Pois tal qual
Virgulino Matava sem
fazer careta Desde o tempo
de menino [...]

Palavras como “valente, forte, perverso” representam como Crispim era visto pelas pessoas comuns, aguçando o desejo dos “senhores” para o contratarem como um objeto que obedecesse sem muitos questionamentos, apenas matasse sem piedade que lhe fosse indicado, sem matar vínculo de sangue para não se prender a nada e nem a ninguém, sendo comparado a Lampião que nada temia.

[...]
Vi Zé Crispim criança
Vi rapazote vaqueiro Vi
dirigindo automóvel Vi
depois de cangaceiro Vi
nas folhas do jornal Vi
nas grades prisioneiro

Vi falando no rádio
Vi jurando na justiça
Vi sorrindo, vi chorando
Vi metido na bagunça
Vi depois de baleado
Exposto feito carniça

E o que vi descrevi

Se respeitei ele em vida
 Não desrespeitarei na
 morte Toquei na sua ferida
 E escrevo este folheto
 De forma muito
 sentida [...]

Observo na construção narrativa da obra, uma perspectiva regionalista³⁶ da cultura nordestina³⁷. Utilizando-se do cordelista como poeta que fala a língua da massa e se identifica com seus ouvintes, ele narra uma série de tradições, de histórias que circularam oralmente, carregadas pela memória dos mais velhos e, agora registradas na escrita, transformando assim essas histórias orais em documento, que armazenam as informações, um registro que ultrapassa a esfera áudio-visual. (LE GOFF, 1998, p. 345). Trata-se de uma espécie de crônica popular que expressa a cosmovisão da sociedade que a produziu. É popular porque relata os eventos que fizeram a história a partir de uma perspectiva popular. Seus poetas são do povo e os representam nos seus versos.

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito mais alcance (THOMPSON, 1992, p. 25).

A cena VII da sequência a uma narrativa em que apresenta os crimes cometidos por Crispim muda o cenário para uma sala de jantar de uma casa em um sítio sertanejo, onde uma família se prepara para jantar, um velho, uma velha e dois filhos menores, a cena é composta também por um sargento, a cena retrata o primeiro crime cometido por Crispim, “*o velho Miguel*” na dramaturgia o personagem não é apresentado com o nome “Miguel”, mas o enredo deixa claro que se trata desse homicídio, o autor não

³⁶ A perspectiva regionalista que nos referimos remete a espaço, com características distintas que difere de outras regiões, as particularidades de um determinado espaço. Segundo Albuquerque Júnior, “o regionalismo reflete as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país” (ALBUQUERQUE, 2008, p.45).

³⁷ A cultura nordestina é composta por elementos regionais, que caracterizam sua identidade, a culinária, a música, entre outros elementos que diferem de outras culturas de outras regiões, esses elementos formam uma identidade cultural, que representam a cultura nordestina.

identifica nomes apenas os apresenta como “o velho” “o sargento”. A honra sertaneja, também é uma referência cultural nordestina. Ela é apresentada de forma mais sutil, surge no texto, na justificativa do primeiro crime de Zé Crispim, por ter sido acusado de roubo, mata seu desafeto.

No decorrer da peça a figura de Crispim se torna sinônimo de valentia, coragem, beleza, de um homem capaz de tudo para cumprir seus contratos, sem se importar com a dificuldade da missão, um excelente atirador, muito ágil com armas, o braço armado de quem pagar mais. Na Cena VIII Gutemberg narra um acerto de contas entre Crispim e um dos seus mandantes, que havia encomendado a morte de um vereador, a discussão inicia quando o trabalho do Crispim é posto a questionamento, seu chefe negasse a pagar o preço combinado alegando não ter sido “um trabalho suado”, ou seja, um trabalho que não necessitou de esforço algum, fácil de ser realizado para ser cobrado um preço alto.

Deste modo o autor apresenta a desvalorização do ser humano, como os homens de poder, os mandantes dos crimes tratavam sem nenhuma importância a vida de seus inimigos, quem tinha o direito à vida, é quem tinha dinheiro em mãos e um bom pistoleiro a seu dispor, chegando ao ponto de pechinchar o pagamento da morte do outro sem nenhum pudor, o dramaturgo apresenta a impassibilidade dos homens de mando, que apenas se importam com seus objetivos retirando qualquer um que bloqueie seu sucesso.

A cena X me parece ser uma das mais significativas. Nela, o autor Luiz Gutemberg representa em Crispim a história de muitos homens sertanejos, que na busca por uma vida melhor saem do Nordeste indo em direção ao Sul, mais especificamente para São Paulo, assim fez Crispim em uma das suas fugas, retratando a emigração para as grandes cidades do centro-sul, alguns retirantes da seca, buscando sobreviver sem sucesso para o plantio, no caso de Crispim em busca de uma vida nova longe da criminalidade.

Ao chegar à São Paulo é convidado para trabalhar em uma plantação de amendoim durante dez anos, outro ponto importante levantado pelo autor, é a possibilidade do trabalhar conseguir obter certa quantia em dinheiro com o passar do tempo de trabalho, situação esta muito difícil de acontecer no nordeste, pelo fato de existir o chamado “Barracão”³⁸, ao notar que o trabalhador não conseguia se prover

³⁸Expressão popular designada para locais de aglomeração de trabalhadores.

sozinho o proprietário das fazendas ou engenhos colocava à sua disposição armazéns vendendo fiado, chamados barracões. Através destas práticas colocava o morador em tal situação que este tinha sempre que trabalhar sob o domínio das ordens diretas do “senhor”, que sempre era o dono do barracão; este era o único meio de conseguir um pouco de dinheiro para as compras indispensáveis como o sal e o querosene, e para o pagamento das dívidas eventuais contraídas no barracão.

Esses barracões causam total dependência dos moradores, que sempre devem mais do que ganham, nunca conseguindo findar suas dívidas, sendo obrigados a trabalhar pelo básico oferecido, sem possibilidade de crescimento, ou até mesmo de “liberdade”, sutilmente Gutemberg apresenta esta questão recorrente no nordeste, um situação de escravidão onde os proprietários de terras usam artimanhas para sempre ter vantagens criando situações como os citados barracões para manter os trabalhadores sob sua autoridade.

Foi ainda o monopólio da terra que nos reduziu ao mais lamentável atraso cultural, com o isolamento, ou melhor, o encarceramento em massa das populações rurais na nossa hinterlândia, e que chamamos Sertão, estagnado por quatro séculos. Analfabetismo quase generalizado. Ignorância completa do mundo exterior, mesmo o exterior do sertão, ainda que nos limites do Brasil. (FACÓ, 1983, p.17).

Tratava-se, portanto, de uma sociedade composta por homens e mulheres, que mesmo sendo livres, eram confundidos com escravos pela situação de pobreza que os impedia de obter um pedaço de terra para o seu sustento, sendo obrigados a pedir proteção aos senhores, surgindo daí uma relação de desigualdade. Outros pontos importantes que podemos levantar em análise mais profunda da obra, é que em diversas passagens das cenas, questões são destacadas, como o fato de ser alagoano, lhe dar uma credibilidade com relação à violência, a força, um homem astuto para escapar da polícia em meio à caatinga.

Luiz Gutemberg dá a Crispim, além de atributos como “pistoleiro”, as particularidades de um homem galanteador, o que adapta-se com as características da realidade, o autor transfere para a ficção algumas propriedades da verdadeira personalidade do Crispim, comentários sobre sua beleza incomum são corriqueiros, há outros relatos que ressaltam seus traços físicos como de um homem bonito, charmoso,

sedutor, que chama a atenção por não ser como a maioria dos homens do sertão castigados pelo sol.

A primeira parte da peça é finalizada na narrativa que ressalta a beleza e a coragem de Crispim, essa fase é concluída com a encenação da morte de um mandante do crime, um dos chefes que o tinha como capanga, a cena apresenta um conflito entre patrão e empregado, causado pela traição cometida por Crispim, ao ser surpreendido pelo seu chefe com sua esposa em um ato de adultério, exibindo a figura de um homem comum com desejos e fraquezas, sem temor ao perigo, para conseguir o almeja mesmo que isso lhe custe à vida, mais o que de fato ocorre é a morte do patrão pelo seu fiel capanga, ponto que podemos identificar com os fatos reais, quando Crispim mata seu patrão gerando toda sua notoriedade na imprensa.

Na segunda parte da obra, o autor inicia com o retorno de Crispim para Alagoas, narrar o momento em que conhece seu novo patrão que lhe faz muitas encomendas, na região de Palmeira dos Índios, ao analisar o enredo podemos perceber a semelhança com a realidade dos fatos, a cidade citada é a mesma onde ocorreu toda a trama, o fato de ser uma lista de pessoas também se assemelha a realidade, pois Crispim cometeu vários crimes para o mesmo patrão na localidade do sertão de Alagoas, por motivos diversos ou até sem motivos. Nessa parte da obra a narrativa é elaborada para apresentar os procedimentos de execução dos crimes, as negociações, as escolhas das vítimas, lugares de fuzilamento, os valores pagos, detalhando os crimes cometidos dos mais importantes aos simples.

Narra a trajetória do pistoleiro nos crimes de mando, encomendados por pessoas importantes, em meio à política local, deputados, fazendeiros, até o crime que lhe deu notoriedade, que foi o crime cometido contra seu atual patrão. Entre outros atributos direcionados a Crispim, o de homem justo é apresentado quando Crispim se entrega, para salvar da polícia, um homem que tinha lhe dado abrigo, que havia sido levado pela polícia junto com a mulher e o filho para prestar esclarecimento, mais Crispim se preocupou com as maldades que a polícia poderia fazer contra a família, e aí resolve se entregar, é nesta parte da obra que o autor, destaca o senso de justiça de Crispim, assim expresso na obra “*tou aqui pra acudir os inocentes que não sabem de nada.*” (*O Processo Crispim*, p.65). A impressão que o escritor passa é que Crispim é hábil, pois na sequência de forma extraordinária ele foge da prisão, e segue uma saga de fugas misteriosas no meio do sertão alagoano, entre emboscadas e desaparecimentos, Crispim

é morto, e o jornalista e escritor Luís Gutemberg finaliza sua obra com o desfecho do caso, por fim a exposição aberta a todos do corpo de Zé Crispim.

Para a análise do conteúdo da peça de teatro de Luiz Gutemberg, fiz uso do mesmo método de análise conteúdo com base em Laurence Bardin (2011). Exploramos a fonte procurando encontrar fatores distintos para sua classificação, organizando um detalhamento de seus elementos constituintes: atos, locais, personagens, diálogos e intenções. Para melhor explicar o processo analítico da pesquisa desenvolvi um quadro de codificação das categorias identificadas:

Quadro 5- Modelo da ficha para a análise de conteúdo da peça de teatro “O Processo Crispim”.

| CENA | RESUMO | PERSONAGENS | LOCAL/ CENÁRIO | ÍNDICES SEMÂNTICOS | OBSERVAÇÕES |
|-------------|---|--|--|-------------------------------|--|
| I | Interrogatório de Crispim coletando dados iniciais, como por exemplo, nome, idade... | 1. Delegado 2. Crispim 3. Escrivão | Delegacia de polícia do interior do nordeste | Identificação/interrogatório | Apresenta Crispim com simplicidade nas perguntas sempre finalizando suas falas com “senhor sim”. |
| CENA | RESUMO | PERSONAGENS | LOCAL/ CENÁRIO | ÍNDICES SEMÂNTICOS | OBSERVAÇÕES |
| II | O locutor inicia a cena chamando atenção para os jurados do julgamento sinalizando as pessoas da plateia. | 1. Locutor | Rádio Difusora de Alagoas | Julgamento/jurados | Locutor com uma lanterna identifica as pessoas na plateia como se fossem os jurados do caso, e sempre fazendo a propaganda da “Loja Progresso” loja de sedas de Virgílio Cabral. |
| CENA | RESUMO | PERSONAGENS | LOCAL/ CENÁRIO | ÍNDICES SEMÂNTICOS | OBSERVAÇÕES |
| III | Juiz inicia o julgamento ditando os quesitos para | 1. Juiz | Júri | Quesitos/julgamento | Juiz ironiza os quesitos do processo, os elaborando de |

| | | | | | |
|--|--------------------------|--|--|--|---|
| | o andamento do processo. | | | | forma satírica. Surgem projeções, com slides de recortes de jornais brasileiros e estrangeiros, que relatam a violência em Alagoas. |
|--|--------------------------|--|--|--|---|

FONTE: **Revista de Teatro**. Peça: “O processo crispim”. Autor: Luiz Gutemberg. Quadro elaborado pela autora. Maceió, 2015.

3.4 AS FONTES ORAIS

A “observação histórica” apresentada no segundo capítulo do livro *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador* (2002) escrito por Marc Bloch, busca esclarecer que o historiador não deve se prender apenas nos documentos escritos, mas devemos trabalhar também os testemunhos não escritos, entendendo que o conhecimento histórico está pautado em vestígios, considerando que há possibilidade de contato direto com o passado (objeto de estudo) que estará sempre em processo e progresso, uma vez que é escrito e compreendido de diferentes formas dependendo da visão de cada historiador.

A história oral se insere enquanto nova forma de buscar o conhecimento histórico, pautado não somente nos documentos oficiais, a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Portanto, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar e perpetuar, impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas induzidas, estimuladas e gravadas, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modo de vida ou outros aspectos da história contemporânea. E “move-se em terreno pluridisciplinar, pois utiliza muitas vezes música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentação escrita, entre

outras, para estimular a memória” (NEVES, 2003). As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar.

O trabalho com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exigem-se, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimento aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado. Sugere, ainda, os cuidados no processamento e análise das entrevistas: transcrição e reprodução com fidelidade, sem cortes nem acréscimo; conferência da gravação junto com a transcrição para evitar erros; análise em consonância com o projeto que motivou a entrevista.

3.4.1 AS MEMÓRIAS DE POPULARES

Na busca por memórias sobre Zé Crispim, realizamos uma entrevista com D. Edna Constant, que viveu em Palmeira dos Índios nos anos 1960. Conhecedora dos acontecimentos da época, ao ser interrogada sobre a cidade de Palmeira dos Índios, D. Edna responde com um grande sorriso no rosto:

[...] era uma cidade linda, calma, intelectual o povo lia muito, tinha uma praça que as pessoas ia passear e eu ia também, como eu era de uma família que era bem vista, tínhamos um negocio, uma venda, bodega, éramos visto com respeito (Edna Constant, 2014).

Edna Constant viveu em Palmeira dos Índios desde que nasceu, vindo para a capital quando se casou com um membro da família Mendes, porém seu esposo não era muito envolvido com os problemas políticos locais. Quando questionada sobre Crispim, D. Edna apresentou uma expressão forte e relatou:

[...] ele tinha jeito de sertanejo, firme como um sertanejo, um pouco bruto, forte o povo tinha medo, ou era respeito, sei que nem todos se metia com ele, eu via ele passando assim na rua, tinha um jeito meio diferente não sei explicar, bonito, nem muito claro, nem muito escuro, cor de sertanejo.

O relato que Edna Constant nos apresenta sobre Crispim não está envolto a tramas políticas, mas focada no cotidiano, no comportamento do homem Zé Crispim e dos olhares das pessoas comuns para com ele. Com relação à morte de Robson Mendes que gerou luto oficial na cidade de Palmeira dos Índios durante três dias, a rádio local só transmitia músicas fúnebres, D. Edna Constant narra a sua versão do fato:

EC- eu fui para o enterro dele, quando eu tava passando pela casa da minha família, nem olharam na minha cara, tudo de cabeça baixa, com medo, na hora eu não entendi e até pensei povo besta, mais depois eu entendi ninguém queria se comprometer com nada, tudo mundo ficou calado, muita gente foi para o enterro, parou a cidade, mas ninguém falava nada de quem matou.

TL- como ficou a cidade depois da morte de Robson como foi a reação das pessoas depois?

EC- o povo ficou preocupado ele era valente mais colocava moral na cidade, tinha a ignorância dele mais botava ordem no lugar, era respeitado por todos, quando ele morreu teve gente que até foi embora da cidade, com medo da bagunça que ia da depois.

José Ronaldo, fotógrafo da Gazeta de Alagoas desde 1958, acompanhou o caso Zé Crispim. Apresentou a sua versão dos acontecimentos sobre como procedeu o crime de Robson Mendes:

JR- Crispim foi contratado por Robson Mendes para matar o fazendeiro Zé Fernandes, mas quando ele chegou lá na fazenda do Fernandes ele tava com uma criança nos braços e Crispim não matou ele, quando voltou disse ao Robson que isso tinha acontecido, mais o Robson não acreditou, não gostou por que Crispim não matou, ele ficou desconfiado e queria matar Crispim, mais ai Crispim ficou ligado e matou ele primeiro.

No depoimento de José Ronaldo, Crispim é caracterizado como um homem que mesmo sendo destemido, não conseguiu realizar o que seu patrão havia mandado: atingir seu alvo que trazia nos braços uma criança. Como não tinha intenção de

machucar a criança, Zé Crispim não realizou o crime e voltou para a casa do patrão sem ter cometido o crime que lhe foi encomendado. Esse mesmo relato foi citado por Antônio Marcelino, que nasceu na cidade Santana do Ipanema, interior de Alagoas e acompanhou o caso de Zé Crispim, ao ser questionado sobre o caso apresenta a mesma versão citada por José Ronaldo. Antônio Marcelino nasceu e viveu grande parte da sua vida na cidade de Santana do Ipanema, cidade natal de Zé Crispim. Seu Marcelino apresenta sua versão sobre o caso e sobre a figura de Zé Crispim. Em entrevista realizada na cidade Palmeira dos Índios, fala:

AM- ele era um galã, era um bandido, pistoleiro além disso bonito formoso, era um homem de muitas mulheres, um cara da qualidade dele não ia viver com uma mulher só, ele tem um rebanho de filho fora do casamento, como diz o povo tudo bastardo, e quando ele foi preso dava trabalho as mulheres querendo ir ver ele por que era bonito famoso, usava o dinheiro do crime também pra andar bem arrumado se produzir. Era o homem de confiança da política para matar gente era Crispim e Zé Gago, era uma dupla quem quisesse matar um era só comunicar a ele ai pronto.

TL- Qual o comportamento das mulheres com relação ao Crispim?

AM- aqui [Palmeira dos Índios] e Santana era só o que se falava na roda das mulheres era sobre Zé Crispim, o problema de Zé Crispim era a aparência dele, ficou endeusado.

TL- o Senhor conheceu a família do Crispim?

AM- A família do Crispim ainda tá todinha lá, onde ele nasceu e se criou, o pai de Crispim finado Zé de Crispim por isso que ele se chamava assim, era um rezador, um homem da roça uma família humilde de trabalhado da roça, como ainda são, Zé Crispim era um coitado sem condição, trabalhava na roça, pela criação dele não dava para ele ser o que foi não, era um povo simples, não era para ele ser bandido não

TL- Qual a sua opinião sobre Zé Crispim?

AM- Crispim foi uma vítima da politica safada daquela época, os políticos queria fazer as coisas, mas não tinham coragem de fazer ai pagavam ele, mais os outros tiveram o mesmo fim, e acho que se ele não tivesse encontrado esse apoio quem livrar ele da cadeia, ele não teria ido muito longe, ele foi por que tinha essa condição, tinha proteção politica.

Maria de Lourdes mãe do Antônio Marcelino, citado acima, também natural da cidade de Santana do Ipanema, D. Lourdes acompanhou o caso apenas ouvindo os comentários das pessoas e do seu marido, considerando que tudo ocorreu na década de 60, as mulheres por não terem o hábito de frequentar alguns lugares públicos onde havia uma maior circulação da população como, por exemplo, a praça local, as mulheres, principalmente, as casadas deveriam, apenas, serem cuidadoras do lar e dos filhos:

TL- A senhora chegou a ver Zé Crispim?

ML- eu nunca vi o Crispim só ouvia falar, por que mulher casada na época não podia tá na rua, nas praças por onde os homens andava, meu marido não deixava, nem deixava eu trabalhar, quando mais tá assim na rua, por isso acho que muitas mulheres estão como eu, nunca viu só ouviu falar das coisas dele, do meu marido falando, mais a fama que ele tinha é que era bonito, formoso, bem apessoado que só andava bem vestido o tempo todo.

Durante a realização das entrevistas mencionadas, um fato foi bastante frequente na fala dos depoentes, o de que Zé Crispim tinha o corpo fechado devido às rezas realizadas por seu pai também chamado Crispim, um roceiro rezador, que possuía o conhecimento de orações para proteção, como a “Oração da Cabra Preta”, que é uma oração muito conhecida no interior não só de Alagoas, mais em todo o nordeste, diz a lenda que ao ser proferida, com o nome de uma determinada pessoas, a mesma estará protegida de todos os males que possa a ser dirigido a ela.

Os depoentes afirmam que o pai de Zé Crispim por diversas vezes proferiu a oração buscado a proteção de seu filho, e segundo os entrevistados por este motivo Crispim sempre conseguia escapar da polícia, com suas fugas espetaculares, e o próprio também realizava a oração, pois a mesma possibilita também que a pessoa que a executa fique “*invultado*”, ou seja, se torne um vulto, imperceptível aos olhos humanos, sendo esta a justificativa apresentada pelos relatores, para explicar os mistérios que envolvia as fugas de Zé Crispim, desaparecendo dos cercos polícias sem explicação. Esta e outras orações estão presentes no imaginário popular, que acredita fielmente nos poderes das orações, dos símbolos, dos santos. Ao ser questionada sobre a oração a sertaneja Marly Fontenele relata:

MF- olhe minha filha isso é coisa do demônio, essa cabra é coisa do satanás, se você faz isso tá fazendo um pacto com o demônio, quando você diz as palavras, a cabra preta aparece pra você, ela tem os olhos de fogo e vem cuspidando fogo até chega na sua frente, é melhor você não querer sabe disso não, e o povo diz que quem se envolvi com isso depois fica doído, perde o juízo.

O imaginário popular interfere em diversos níveis da vida coletiva, realizando simultaneamente várias funções em relação aos agentes sociais. O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afetivas que agem sobre a vida coletiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, etc. As suas junções e disjunções efetuam-se segundo diversas modalidades (estruturas sociais, sistemas de poder, intensidade dos conflitos sociais, sistemas de valores dominantes e concorrentes, simbolismo e ritual instalado, meios e técnicas de difusão das informações e símbolos, etc.). O imaginário popular e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias.

4 A INTERPRETAÇÃO TEÓRICA: O imaginário na História Cultural

4.1 Uma revisão historiográfica

As discussões sobre imaginário se destacam hoje como um dos campos mais estimulante de debates para a historiografia, dentro da nova história cultural. Aborda as imagens visuais, verbais e mentais produzida pela sociedade. Entretanto, o imaginário permaneceu afastado do centro de interesses, por parte daqueles que acreditavam nos discursos pautados numa verdade única até o final do século XX. A crise dos paradigmas foi gerada pela insegurança quando foi posto em dúvida as verdades absolutas do discurso científico unitário, do século das luzes, deixando de ter sentido a “teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais” (PESAVENTO, 1995, p. 9). Essa insegurança diante dos paradigmas vigentes, fez com que surgissem novos objetos, problemas e sentidos, sendo necessárias mudanças de conteúdo e método.

Os modelos teóricos pautados no discurso das verdades absolutas, não supriam mais as questões sociais, políticas, econômicas e culturais dentro do atual contexto social. Esses paradigmas não se adequavam mais as necessidades explicativas da nova conjuntura social, as teorias são criticadas, entrando assim em crise. Surge então à necessidade de uma procura por respostas, o que leva o historiador ir à busca do conhecimento em outras áreas das ciências. Segundo Bronislaw Backzo esse novo percurso é o “movimento paralelo de associação multidisciplinar em busca de saídas” (PESAVENTO, 1995. p. 9). Assim passam a existir novos campos temáticos, com novos problemas, abordagens e novos objetos.

O projeto iluminista acreditava na busca do conhecimento individual em nome do progresso humano. Desmistificando o período renascentista das percepções do homem. Mesmo com a crise dos paradigmas no final do século XIX, os novos pressupostos teóricos não tiveram força suficiente para combalir os discursos racionalistas, como:

O historicismo de Ranke, transmutado em inúmeras variantes de laudatórias “histórias nacionais”, o positivismo de Comte, com seus pressupostos normativos científicos, estabelecendo os critérios da verdade absoluta, e o marxismo, mais especificamente a sua versão leninista e posteriormente, stalinista, com seu corolário de postulados: reducionismo econômico, mecanicismo e etapismo evolutivo. (PESAVENTO, 1995. p. 3).

Perante todos esses modelos teóricos explicativos fundamentados em conjecturas científicas, o estudo do imaginário foi desprezado e tal desprezo legado por historiadores do século XIX até meados do século XX. Para os iluministas, tudo que se vinculasse à imaginação era entendido como ficção. Segundo Descartes, a imaginação era tudo aquilo que seria fantasioso, inventado, cabendo-lhe o designativo de um estágio inferior do conhecimento, portanto não passível de saber científico, como nos mostra Sandra Pesavento:

Assim, após Descartes, o saber racional se separou do imaginário, numa postura que se estenderia até Comte que opunha o cientificismo, como critério de verdade, ao ilusório da ficção. O racionalismo cartesiano instituiu-se como método universal de uma pedagogia do saber científico, podendo mesmo ser dito que os renomados estágios evolutivos positivistas são etapas de extinção do simbólico (PESAVENTO, 1995, p. 11).

Bachelard em suas pesquisas tenta reconciliar a ciência com o sonho, o filósofo entendeu ciência e imaginação como parte da realidade, essas tentativas não foram suficientes para convencer os historiadores a imaginar a realidade histórica por outro olhar. O historicismo marxista incomodado com a rigidez dos positivistas diante de uma história factual, institucional e diplomática, passa a apreciar novos objetos, iniciando algumas mudanças no campo teórico e metodológico, objetivando uma melhor compreensão da história.

Assim alguns historiadores passam a evidenciar as questões culturais, diminuindo o foco das atenções para a história social, como nos diz Pesavento “A nova tendência passou a afirmar a não existência de verdades absolutas, marcando o recuo de uma posição cientificista herdada do século passado.” (PESAVENTO, 1995, p. 12). Essas novas abordagens caracterizam o novo ofício do historiador como “um mestre da narrativa, este é alguém que munido de um método, resgata da documentação empírica as “chaves” para recompor o encadeamento das tramas sociais” (PESAVENTO, 1995, p. 12).

A História das Mentalidades é consolidada a partir dos anos 60 com um discurso voltado para o estudo das crenças, valores e representações, abordando o cotidiano. As mentalidades é uma nova modalidade da história, que almeja apresentar um novo campo

de trabalho para o historiador. Segundo Chartier, “Uma sociedade partilha de conteúdos de pensamentos, interiorizados nos indivíduos, sem que seja necessário explicitá-los” (CHARTIER, 1990, p. 41). Assim a História das Mentalidades estabeleceu um novo campo de pesquisa, rompendo com a dependência positivista das pesquisas centradas somente nos textos oficiais. Em seguida a história “desembocou na chamada nova história cultural”. A nova história cultural vista como uma nova realidade teórica que influencia novos olhares e abordagens para a pesquisa, o que envolve o homem dentro de sua dinâmica social. Setores da sociedade, que até determinado momento estavam à margem das análises foram englobados nos estudos históricos.

As características da História Cultural podem ser classificadas em quatro etapas, a primeira consiste na rejeição ao conceito de mentalidades, o que o considera vago, ambíguo, a segunda característica é a afeição pelo informal “popular” não apenas interessada a cultura letrada, o termo “Nova História Cultural”, surge para se diferenciar da história cultural por não apenas analisar a cultura de uma determinada sociedade pelos atos formais, a Nova História Cultural (NHC) não rejeita as manifestações das elites, mais passa a revelar também as classes anônimas. A terceira é o resgate do papel das classes sociais, da estratificação, diferente da história das mentalidades, onde entendia que “a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importa o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social” (VAINFAS, 2011 p. 221). Quarta característica da história cultural é por ela ser uma história plural, onde podemos encontrar ramificações para o processo histórico.

O historiador que atua no campo da NHC (Nova História Cultural) busca o cotidiano, as crenças, o mágico, os mitos, as representações coletivas, englobando como suas fontes as pinturas, relatos, testemunhos, panfletos, estátuas, vasos, mapas, arquitetura, etc; tanto os artefatos produzidos pelo homem, como as suas próprias práticas no meio social. Esses aspectos surgem desnudos de uma linguagem científica moderna, exercem subjetividade imaginativa, remete ao imaginário no leitor, enfim a nova história cultural nos permite ver outros sujeitos, captar o lado humano as sensibilidades. Estudando ritos, símbolos, práticas, apropriações, leituras, representações, enfim, uma grande variedade de fenômenos referentes à subjetividade do agente histórico, a história cultural atual, distingue-se da história cultural dita “tradicional” justamente pela tentativa em ultrapassar antigos preconceitos e pela expansão do próprio conceito de cultura.

Como o cientificismo do século XIX não estava mais dando conta da

complexidade do real, não conseguiam mais responder os questionamentos culturais que surgem no final do século XX, os argumentos não eram satisfatórios para explicar os acontecimentos que envolveram a sociedade no século, no entanto o imaginário enquanto campo temático conseguia argumentar sobre essas novas questões culturais. O que segundo Clifford Geertz, cultura é um sistema simbólico, que indica que a sua decifração implica uma busca de significados, ou seja, resgatar nos comportamentos humanos, constituídos como ações simbólicas, o seu significado socialmente reconhecido (GEERTZ, 1989).

Segundo Le Goff, “mesmo que a definição do imaginário seja fluída e que o tema tenha sido “surpreendido pela moda”, ela não deve se tornar a panacéia explicativa da história” (PESAVENTO, 1995, p. 13). O conceito de imaginário apresentado por Vovelle é considerado o que mais se aproxima apesar do seu caráter um tanto vago. Tratou imaginário como “uma visão de mundo, o que não está formulado, o que permanece aparentemente como não significante o que se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes” (PESAVENTO, 1995, p. 13).

Muitos historiadores que migraram do historicismo marxista, outros não, caminham entre as “complexas intervenções da vida real dos homens e as representações que os mesmo produzem de si e do mundo” (PESAVENTO, 1995, p. 14). O conceito de imaginário, esta nitidamente interligada com o conceito de representação. Segundo Le Goff, representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e ligada ao processo de abstração, o imaginário faz parte desse campo da representação como expressão do pensamento, se manifestando por imagens e discursos que pretende dar uma definição da realidade. Com a junção desses dois conceitos foi possível solucionar alguns questionamentos teóricos antes apresentados, as críticas ajudaram a elaboração de um pensamento mais coeso, os teóricos conseguiram abranger os questionamentos em um nível que superou o conceito das mentalidades.

Pesavento afirma que “[...] as imagens e discursos não são exatamente o real, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a “um outro ausente” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Ou seja, o imaginário faz parte de um campo de representação em que o pensamento se manifesta pelas imagens que vem a mente como forma da realidade, essa imagem visual referencia algo que pode ou não estar presente no campo visual, as representações são parte constituinte do real e são introjetadas social e historicamente no inconsciente coletivo. A memória do ser humano é capaz de recriar imagens quando despertadas por um discurso ou por outras imagens, que podem

recuperar outras imagens em outros tempos, e esse despertar pode ligar a forma, a cor ao cheiro, ao som. Essas ligações remetem também ao medo, sonhos, afeições, questões ligadas ao campo imagético, cabe ao historiador buscar significados para tais imagens visuais, verbais e mentais.

Para uma melhor compreensão da problemática do discurso histórico como uma representação do real, Roland Barthes na década de 60, nos apresenta uma definição que permitira o entendimento dessa relação. Para Barthes, a história é representação com base no que ele chama de “ilusão referencial”, o fato histórico como tal aconteceu. Este tem uma “existência linguística”. Desta forma o passado nos chega enquanto discurso do acontecido, um fato acontecido não é recuperado na sua totalidade, portanto o discurso do acontecido e construído através de fragmentos, o que para Pesavento “Tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar os historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que seja uma representação [...]” (PESAVENTO, 1995, p. 17).

A representação só pode ser entendida quando relacionamos texto/contexto, considerando que a mesma esta imbricada com as relações de poder, práticas sociais, por meio dos discursos. O que, segundo Roger Chartier, “Não é possível entender uma história cultural desconectada de uma história social, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais” (PESAVENTO, 1995, p. 18). Para que possamos entender os significados dessas representações temos que partir das seguintes premissas, de que o real e o pensado fazem parte da realidade, o pensado e o representado não são entendidos como imitação do ocorrido, e sim parte de uma estrutura analítica.

O historiador Roger Chartier distingue três particularidades da representação com relação com o mundo social: o trabalho de produção de sentidos múltiplos para o real, visto que a realidade é construída de maneira diversa pelos diferentes grupos sociais; as práticas que visam estabelecer uma identidade própria no mundo; e finalmente as formas institucionais mediante as quais umas pessoas representam a outras (CHARTIER, 1990, p. 23). A representação tanto poderá dar a ver algo ausente, como poderá exibir uma presença, como apresentação de algo ou alguém (CHARTIER, 1990, p. 20). Em ambos os casos, colocará “algo no lugar de”, ou seja, simulará uma presença – não uma simples presença, mas uma presença dotada de significado simbólico. Neste sentido, Carlo Ginzburg observou que:

Por um lado, a “representação” faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

Para Tânia Navarro Swain, o imaginário e o real, exercem uma “atividade criadora circular”, ou seja, a realidade é entendida como tendo sido formada pelo imaginário, e o mesmo acontece com o imaginário que é formado com base na realidade. Ambos podem contribuir igualmente para a alteração de uma ordem vigente. “Encontramos desta forma, o imaginário e o real, não como opostos, mas como dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado; imaginário e real não se distinguem, senão arbitrariamente” (SWAIN, 1994, 56).

Para Maria de Fátima de Souza Santos, o imaginário e o simbólico, estão interligados considerando que o imaginário social possui como base os sistemas de símbolos e essa categoria seria formulada através das vivências, objetivos e metas dos indivíduos (SANTOS, 2005, p. 48). Com base nas reflexões de Gilbert Durand o imaginário é um conjunto de imagens e de relações de imagens que constituem o capital pensante do *homo sapiens* (PESAVENTO, 1995, p.17).

Segundo os estudos de Bronislaw Baczko, o imaginário “trata-se de aspectos da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade do seu produto” (BACZKO, 1984, p. 309). Na visão de Baczko, imaginário/imaginação apresentam um sentido polissêmico, assim apresentam pouca objetividade para ser acrescentada ao conceito (BACZKO, 1984, p. 308-309). O pesquisador polonês prossegue argumentando que cada geração traz consigo uma definição particular de homem, que seria produto das transformações históricas, ocorridas ao longo do tempo. É necessário frisar que cada período possui suas formas singulares de “imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1984, p. 309).

O pesquisador José D’Assunção Barros concorda com o pensamento de Baczko, ao ressaltar que a noção de imaginário seria polêmica, complexa e que possuiria diferentes sentidos. Contudo, Barros admite que, apesar dos problemas, o conceito de imaginário foi de grande importância para os estudos históricos (BARROS, 2009, p. 98-99). Segundo o historiador José D’Assunção Barros, o imaginário é algo que faz parte

do cotidiano dos indivíduos e se faz tão presente quanto aquilo a que atribuímos o valor de real ou considerado como algo concreto (BARROS, 2009, p. 91).

Baczko delinea o imaginário social como um mecanismo que ajuda a regular a vida em sociedade, tornando-se uma forma eficiente de controle da coletividade e também um meio para a legitimação do poder dos indivíduos. O autor afirma que o imaginário social faz parte de todas as sociedades humanas. Logo “Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (BACZKO, 1984, p. 309-310). Baczko parte do pressuposto que todos os grupos têm necessidade de criar e imaginar, visando, assim, legitimar o poder.

Bronislaw Baczko caracteriza o imaginário social como composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade, que é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. Trata-se de uma produção coletiva. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. Esses elementos formulam as visões de mundo e as condutas e estilos de vida, em movimentos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

Assim podemos identificar que o imaginário social está presente no cotidiano das sociedades. Sua atuação no meio social se estrutura possivelmente através de uma relação binária e de oposição, como: “legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir, etc.” (BACZKO, 1984, p. 3011). Além disso, o imaginário social dependeria, na visão do autor, dos meios de comunicação para poder difundir as ideias e assim legitimar seu discurso de poder, de acordo com os interesses de um determinado segmento social (BACZKO, 1984, p. 312-313).

5 O SIMBÓLICO E A MISTIFICAÇÃO DO PISTOLEIRO

Para entendermos a figura do pistoleiro Zé Crispim e o simbolismo que o circunda, temos que entender a relação entre o imaginário e o simbólico. A pesquisadora Maria de Fátima de Souza Santos entende que o imaginário social possui como base os sistemas de símbolos - e essa categoria seria formulada através das vivências, objetivos e metas dos indivíduos. (SANTOS, 2005, p. 48). Essa relação exposta pela pesquisadora norteia a discussão da composição do imaginário social, que tem como alicerce o simbólico. Segundo BACZKO (1984, p. 311), o imaginário se consolida no simbolismo, mas a atribuição desse símbolo não se resumiria, apenas, em constituir uma classificação, nem possui como sua função inserir valores, aperfeiçoando, com isso, o comportamento dos indivíduos e da coletividade:

Ao analisarmos a vinculação entre religiosidade humana e o imaginário social, são perceptíveis as diversas práticas utilizadas ao longo da História humana, que visaram legitimar as hierarquizações sociais através da aplicação do sagrado (BACZKO, 1984, p. 300).

A historiadora Sandra Pesavento apresenta uma discussão afirmando que todo pensamento humano passa por articulações simbólicas e estabelece o imaginário num conector obrigatório pelo qual se formam nossas representações,

[...] o imaginário enquanto representação revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente. É, pois, epifania, aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem e pelo discurso. (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Assim o imaginário é sempre referência a algo ausente, enuncia o “não presente” representando um objeto ou a reprodução mental do objeto ausência. Essas imagens são produzidas diante do discurso, da troca de informações, criando assim um imaginário coletivo; as imagens criadas pela ação do discurso são as representações do símbolo, o qual nos apresenta os padrões estéticos de determinada época, bem como veiculação de padrões de conduta. Para Pesavento, “O símbolo se expressa por uma imagem, que é

seu componente espacial, e por um sentido, que se reporta a um significado para além da representação explícita ou sensível” (PESAVENTO, 1995, p. 22).

Contudo, a imagem nos possibilita entrar em outros mundos, pois, no domínio do imaginário, jogam com os sonhos individuais, mas também podem ser jogadas com sonhos coletivos, com forças de tradições herdadas, com mitos, crenças e símbolos. Essas representações configuram o lugar da memória, consciente ou não, constituída pelo sujeito a partir da sua vivência em um determinado momento, composta por lembranças e percepções passadas.

Partindo desse raciocínio buscamos entender as articulações simbólicas, dentro do campo das representações que compõem o imaginário, deixando claro que essas imagens não são uma reprodução ou transposição do real, é um conjunto de vivências imbricadas de emoções, memória, mito, religião entre outros. O imaginário produzido por uma determinada sociedade tem como base a cultura que caracteriza seu comportamento, suas práticas e seus costumes:

A cultura é uma realidade que o homem produz por meio de ideações e de práticas sociais, e que se reflete em nível de seus referentes como uma composição especial de signos, símbolos, condutas e fazeres. (LINDOSO, 2005, p. 22).

Dirceu Lindoso nos esclarece que, por meio da percepção das práticas culturais, percebemos uma identidade de representatividades simbólicas de que somos portadores como indivíduos e como coletividades. São condutas e valores que introjetamos de um modo consciente na vida social, e fazem com que lhes sejamos detentores naturalmente. Então, descobrimos um fato novo: uma cultura não se reduz aos produtos que elaboramos em nível material, mas se constitui, do mesmo modo, de um tipo específico de produtos que substituem a materialidade das práticas por uma constelação de signos e símbolos. (LINDOSO, 2005, p. 22-23).

O Caso Crispim é um terreno privilegiado do imaginário social, na medida em que há um leque de representações a partir do desdobramento de um mesmo símbolo; aparece contraditoriamente associado às múltiplas representações que vai do bandido cruel e facínora, a um homem bonito e sedutor, sendo passível a várias interpretações. Para melhor entender a figura do Pistoleiro Zé Crispim, devemos buscar compreender a

cultura a qual faz parte, ou seja, a sertaneja. A cultura sertaneja tem suas particularidades, com aspectos característicos, é uma cultura imbricada em costumes distintos, que vai desde práticas religiosas, a culinária, a poesia da literatura de cordel, as vestimentas, as danças, a música.

O Sertanejo está sempre associado à religiosidade, trabalho, valentia, palavras como cangaceiro e coronelismo, estão sempre interligadas ao sertão e ao sertanejo. O sertão de fato é um espaço que apresenta um vasto campo de representações que nos possibilita um leque imagens/imaginário. A característica sertaneja que daremos ênfase para o desenvolvimento das discussões no presente texto é a religiosidade popular sertaneja, porém é importante salientar que o sertão possui um extenso campo de pesquisa que não temos pretensão de aprofundar, considerando sua pluralidade de representações. Segundo Nora, o que caracteriza um lugar de memória “fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome. Mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p. 7). O sertão é marcado por essa pluralidade de representações, o que o torna um lugar tanto imaginário como concreto, devido a sua fluidez.

O estudo sobre “lugares de memória” é determinante no panorama da cultural, a discussão sobre a noção de “lugares de memória” abre-se nova perspectiva em termos de organização e percepção da memória coletiva. Pierre Nora (1993) foi o primeiro a apresentar uma iniciativa teórica e prática, fazendo um delineamento conceitual sobre memória coletiva, entendendo que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma mudança profunda na relação que mantinham tradicionalmente com o passado (NORA, 1993).

Nora classifica com um dos pontos mais significativos da cultura contemporânea “situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade” (NEVES, 2003 p. 10). Os personagens sertanejos são representados como símbolo de valentia, coragem, defensor da sua honra e dos familiares, até mesmo se for preciso vingar a morte de algum membro. Nesse caso, Crispim iniciou sua trajetória no crime após ser acusado de um crime, e sofrido um atentado contra sua vida devido a essa acusação, diante disso ele como forma de vingança assassina seu inimigo, defendendo sua honra. Com isso Crispim ingressa no mundo crime adotando agora a profissão de pistoleiro, iniciando suas aventuras criminosas no interior do estado de Alagoas, presente na memória

coletiva, como um homem misterioso, corajoso, bonito, galanteador. Essas associações simbólicas criadas em torno do Caso Zé Crispim obriga-nos a buscar entender o porquê se constata sua presença marcante no imaginário de inúmeras pessoas da região.

Essa memória coletiva relacionada a pistoleiro Zé Crispim compartilha crenças semelhantes a outros casos, diversos criminosos surgem como mitos, como produtos de uma linguagem simbólica, dentro da historiografia, o exemplo mais presente nesse campo imagético é o do mais famoso cangaceiro, Virgulino Ferreira o “Lampião” que foi incorporado à memória coletiva, como um símbolo, que podemos identificar diversas representações do mesmo tanto como herói quando como bandido, tornando-se um mito.

O mito já é um esboço de racionalização, uma vez que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos, em ideias. O mito explicita um schème, ou grupo de schèmes, e promove uma narrativa histórica ou lendária, uma doutrina religiosa ou um sistema filosófico (DURAND, 2008, p. 63).

Zé Crispim se torna uma lenda viva na memória coletiva, um mito, devido aos grandes mistérios que circundam sua trajetória, as representações do pistoleiro estão sempre envoltas em uma mitificação, com argumentações que partem de uma imaginação mítica ligada à crença, que nos apresenta uma tradução simbólica que permeia o imaginário das pessoas, atuando nas estaturas do seu cotidiano. Ou, ainda, “Mitos são narrativas, normalmente históricas, que apontam para certo tipo de verdades que não poderiam ser ditas de outra forma” (BOWKER, 1997, p. 8). O mito surge da história, dos discursos, das narrativas, é a partir dessas práticas que o mito ganha concretude porque passam a fazer parte da vida das pessoas. As narrativas são realçadas nas quais apenas são lembradas aquelas capazes de gerar devoção e encantamento, essas narrativas participam da construção do cotidiano das pessoas e os fatos, os mitos, acabam induzindo a criação de outros mitos.

A verdade do mito, porém, é intuída, e, como tal, não necessita de comprovações, porque o critério de adesão do mito é a crença, a fé. O mito é, portanto, uma intuição compreensiva da realidade, cujas raízes se fundam nas emoções e na afetividade. Nesse sentido, antes de interpretar o mundo, o mito

expressa o que desejamos ou tememos, como somos atraídos pela coisa ou como dela nos afastamos (ARANHA, 2009, p. 74-75).

É através das narrativas que Zé Crispim será perenizado pela memória, quando novas representações serão criadas para o engendramento do mito. Essas representações só chegam até nós através de rastros, traços, vestígios, dados objetivos a revelar a presença de algo que teve lugar um dia. Presença esta que nos chega de forma objetiva, discursiva, imagética ou sonora, tendo como tarefa no resgate de tais rastros, o trabalho de recolher, pesquisar, analisar, salvar.

Quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro dessas memórias. Considerando que “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (BENJAMIN, 1994, p.201). Podemos dizer que a narrativa é entremeada pelas descrições, pela memória, pela percepção, pela imaginação, pelo vivido no sertão pelo sertanejo.

A trajetória de lutas e de crimes que Zé Crispim passou a experimentar após o assassinato do velho Miguel da cidade de Santana do Ipanema-AL, foi o seu primeiro crime, transformou sua pacata vida em constante sobressalto advindo das frequentes “bravatas”, “tocaias” e “trincheiras” que passou a realizar para seus patrões.

Os inimigos de Crispim acreditavam que ele tinha o “corpo fechado”, assim sendo, ele não poderia ser morto pelas vias normais, se utilizaram então de “mandingas”. Essa “magia” estaria atrelada a uma necessidade de uma proteção espiritual, com o objetivo de que esse ritual lhe dê segurança para os males que o mundo possa lhe oferecer, esse ritual é produzindo com base nas religiões e na fé.

5.1 Religiosidade no cotidiano do sertanejo: os benzedeiros

Os fundadores da Escola dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch apoiaram uma história abrangente e totalizante, problematizando as ações históricas, inserindo no processo de construção histórica os sujeitos históricos populares, O “homem comum” passa a ser um componente fundamental surgindo assim uma história vista de baixo, não apenas se detendo a história política, mas dando ênfase a práticas populares, a partir

daí passar a existir novos objetos como crenças, rituais, entre outros. O estudo das crenças surge dentro desses novos aspectos no campo da historiografia, Marc Bloch e Lucien Febvre foram os primeiros a dar atenção à problemática, com o clássico *Os Reis Traumatizados* (1924) Marc Bloch reconstitui o processo de formação da crença no poder de cura do rei, no ato do milagre real, realizado pelo toque. Lucien Febvre estuda a vida de Lutero (1928), analisando a influência da religião dentro dos interesses da burguesia.

O estudo das crenças adentra ao campo da história cultural com o historiador italiano Carlos Ginzburg que imerge no campo da feitiçaria com sua obra *Os andarilhos do bem* (1988) o autor estuda as práticas religiosas, buscando entender a mentalidade de uma sociedade camponesa, essas crenças populares foram distinguidas como feitiçaria. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg apresenta o cotidiano de Menocchio, um moleiro que foi perseguido pela inquisição no século XVI. O autor ao analisar o discurso de Menocchio identifica uma complexa organização de crenças populares. Outra obra de extrema relevância do historiador italiano é *História noturna* (1989), Ginzburg nos apresenta novas formas de entender as mensagens religiosas, a partir da experiência cultural, nas diversas expressões das religiosidades populares.

Para melhor compreensão do campo da religiosidade popular devemos distinguir o que entendemos por religião definida como conjunto de doutrinas e práticas institucionalizadas, cujo objeto e objetivo é fazer a ponte de ligação entre o sagrado e o profano, o caminho de reaproximação entre criatura e criador, o Homem e Deus³⁹

Roger Bastide (1959) entende o conceito de como uma das características dos países que conheceram a escravidão, e que, portanto, misturavam raças e povos, impunham a coabitação de diversas etnias num mesmo lugar, e levavam a “criação, acima das nações centradas nelas mesmas, de uma nova forma de solidariedade de cor”. Para Artur Ramos (1958), sincretismo seria uma soma de tradições diferentes, mas sem ter sua lógica interna orientada pela aproximação e interação dos termos sincréticos.

³⁹ É evidente que essa conceituação se refere ao campo religioso monoteísta do mundo ocidental. A religiosidade, na sua condição de característica exclusivamente humana, revela um atributo humano de busca do sagrado, sem especificar o que seja esse sagrado, tanto como fuga, quanto como explicação para o real vivido, ou ainda mesmo para negociações e entendimentos com a ou as divindades na procura de resoluções de problemas cotidianos. Esse atributo humano não especifica a religião, ou seja, essas práticas da religiosidade são sincréticas, não pertencem a uma única instituição religiosa.

No sertão, a religião é tão trágica, tão machucada de espinhos, tão torturada de sol quanto à paisagem; religião da cólera divina, num solo em que a seca encena imagens de juízo final, e em que os rubicundos anjos barrocos, negros ou brancos, cedem lugar aos anjos do extermínio. O penitente, vergastado pelas disciplinas, lava com sangue os pecados do mundo, e o profeta substitui aqui o padre (BASTIDE, 1959, p. 17).

Ferreti (2008) apresenta um termo que tem substituído o termo sincretismo no campo das discussões que aborda as formações culturais: o multiculturalismo. O autor discute o conceito de sincretismo à luz das ideias do multiculturalismo. O multiculturalismo refere-se ao convívio de várias formas culturais no qual se destaca os processos de troca, interação, contato e hibridização. (SEMPRINI *apud* FERRETI, 2008, p. 36), levanta as complexas temáticas envolvidas no Multiculturalismo referentes à posição dos sujeitos e a formação da Identidade. No Brasil, o processo de multiculturalismo se fez na constituição levando-se em consideração que o nascimento do país para o mundo foi marcado pelo encontro de culturas, sendo predominante à europeia. Para o autor é importante assinalar que a formação cultural no Brasil se deu, desde o início, através do contato entre diversas culturas, sendo que este processo foi por muito tempo negado e só recentemente tem sido discutido.

Dentro do campo de discussão de religiosidade popular se faz necessário, colocarmos dentro de um espaço representativo as discussões apresentadas pelos cientistas sociais, antropólogos, historiadores, sociólogos, como Beozzo (1982), Nina Rodrigues (1940), Gilberto Freire (1973), Rui Facó (1965), Mauricio Vinhas (1981), Maria Isaura de Pereira Queiroz (1977), Ralph Della Cava (1977), Laura de Mello e Souza (1993), Azzi (1987), Hoornaert (1990), Ronaldo Vainfas (2011), entre outros que direta ou indiretamente permearam em torno da atuação da religiosidade popular no Brasil.

A religiosidade popular é parte constituinte do cotidiano dos sertanejos, onde a prática de proferir orações é habitual, os benzendeiros têm um papel fundamental na comunidade a qual pertence, o ato de benzer vincula-se a diversas finalidades, como proteção, cura, entre outras. O sertão de Alagoas não é diferente, dentro do universo da religiosidade popular, a figura de Zé Crispim, segundo o imaginário popular esta vinculada as orações para “fechar o corpo”, especificamente, a “Oração da cabra preta” que é uma oração muito conhecida no interior não só de Alagoas, mais em todo o

nordeste, diz a lenda que ao ser proferida com o nome de uma determinada pessoa, a mesma estará protegida de todos os males que possam a ser dirigidos a ela.

Partindo desta observação, apresento no contexto de religiosidade popular, a influência dos benzedeiros e das orações na da conjuntura da violência no sertão, especificando o caso “Zé Crispim”. Na tentativa de justificar as fugas das emboscadas policiais, o fato da grande dificuldade da milícia em capturar o pistoleiro, populares afirmam que Crispim era um devoto, e protegido pelas orações proferidas por seu pai, que era um famoso benzedeiro da região.

O pesquisador Paulo Süß propõe uma interpretação diferenciada em torno do conceito de religiosidade popular ao afirmar que o caráter popular “[...] abrange todos os costumes e vivências religiosas do povo, sejam eles de origem africana, indiana, protestante, católica, espírita ou pagã” (SÜSS, 1979, p. 28).

O pesquisador Oscar Beozzo, enfoca a necessidade da substituição da expressão “religiosidade popular” por “práticas religiosas das classes populares”, termo este que limita essas práticas apenas para as classes populares, pois o autor insiste em tê-la como exclusivo “patrimônio de classes sociais exploradas e oprimidas” (BEOZZO, 1982, p. 745). Porém essas práticas não dependem de classes sociais, essas manifestações de religiosidade popular dependem talvez do nível de afinidade com o catolicismo oficial, que o devoto estabelece.

Assim, adotaremos a expressão “religiosidade popular” por entender que a mesma reflete melhor as características que correspondem a todas as formas sincréticas, por tanto possibilita com isso um maior conforto e amplitude de análise, já que “falar de religião popular é sempre contrapô-la a outra coisa, a outra forma de religião” (ISAMBERT, 1992, p. 13). Religiosidade popular buscou independência da hierarquia eclesiástica (corpo doutrinal), testando e sentindo sua força por métodos criados pelos devotos, essas práticas são transmitidas pela oralidade (não pelo clero). Sendo assim uma forma de manifestação da memória coletiva, estabelecida na linguagem da religiosidade.

Chandler (1980) caracteriza a religiosidade popular como um catolicismo sertanejo, ou religiosidade sertaneja, por apresentar elementos da cultura material que fazem parte do cotidiano dos sertanejos, que vão além dos dogmas da igreja, são adaptações. O cotidiano interfere dentro do espaço da religiosidade popular, nessas práticas comuns realizadas por pessoas simples e que com o tempo acabam sendo

naturalizadas, e compondo uma memória coletiva, atribuindo o caráter popular da religiosidade sertaneja.

É a partir desse cotidiano que podemos analisar com detalhes as práticas de sobrevivência, a religiosidade está vigorosamente presente na vida do sertanejo, com atributos mágicos, por exemplo, o uso de patuás, figas e orações fortes, com o objetivo de imunização contra os males que venham acontecer. Assim buscaremos entender o que representa a benzedura, como forma de resistência dentro do universo do crime e da fuga.

Identificando a benzedura como uma sabedoria popular não legitimada cientificamente, devido essa sabedoria popular conhecida pelos sertanejos, às práticas de viver, que são criadas e modificadas cotidianamente, que é possível assim criar um espaço de resistências. Resistências que, como diz Michel de Certeau (1999) surgem da capacidade que os sujeitos têm de nos mostrar o movimento potente da vida ordinária, da convicção de que nenhuma situação é, a princípio, fixa e irresistível.

É em Michel de Certeau (1999) que iremos buscar a compreensão do cotidiano que surge como espaço privilegiado de produção de táticas devida, de um cotidiano no qual o sujeito utiliza táticas de enfrentamento da morte e da dor e se apodera de seus modos de ser para desafiar a sepultura; táticas que se configuram fontes de resistência à geografia da morte, intercalando-se como subterfúgios possíveis de um cotidiano improvisado, sempre em processo de reinvenção e recriação; táticas de viver que podem ser compreendidas como movimentos do cotidiano de sujeitos ordinários, elaborados numa combinação de maneiras de pensar investidas numa maneira de agir.

Certeau (1999) apresenta o conceito de cotidiano entendendo que é compreendido como um conceito dialético, pois, ao mesmo tempo em que traz uma noção de rotina, de repetição, também representa a criatividade, a criação. Conforme Certeau, as táticas manifestam a que ponto a inteligência – entendida como a inventividade – é indissociável dos combates e prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem, sob cálculos objetivos, sua relação com o poder que as sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição (CERTEAU 1999, p. 47).

Albuquerque Júnior dissertou em sua obra *O nordestino e a invenção do falo* uma característica indenitária para o nordestino, entendendo como “todo nordestino é forte, valente e destemido” (ALBUQUERQUE, 2004). Dentro desse contexto

entendemos que o sertanejo recorria benzedeiros e rezadeiras⁴⁰, a magias e superstições, amuletos e rezas fortes. Buscando purificar e proteger seu corpo, “fechando o corpo” marcado pela valentia e pelo destemor, construindo sentidos que influenciam e nas ações do indivíduo na coletividade.

A expressão “Corpo fechado” tem a função de atribuir ao dom da invulnerabilidade às armas de tiro, corte, ou perfuração. Tal termo pode também ser aplicado à invulnerabilidade contra feitiços e mau-olhado, mas aqui nos referimos especificamente à invulnerabilidade contra armas, em outras palavras, o portador do corpo fechado era imune a ferimentos provocados tanto pelas armas brancas quanto de fogo. Existem alguns estudos que analisam a questão do fechamento do corpo, como Mário de Andrade em sua obra *Músicas de feitiçaria no Brasil* (1982), e *O turista aprendiz* (1982), João Guimarães Rosa, com o conto “O corpo fechado” que faz parte do livro *Sagarana* (1946). O pesquisador Eduardo França Paiva nos apresenta em seu texto *De corpo fechado* (2006) as origens africanas e a chegada ao Brasil, dessas práticas mágicas. Eric Hobsbawm em *Rebeldes primitivos* (1959) apresenta também casos relacionados à prática de “fechar o corpo”. Luís da Câmara Cascudo é outro grande pesquisador que trata do corpo fechado, em *Meleagro* (1951) o autor apresenta a prática não como uma imunização do corpo de um determinado indivíduo, mas sim com a proteção de amuletos benzidos que garantiam a invulnerabilidade do portador, esses amuletos além da oração, patuás, objetos, imagens sacras em papel ou metal (medalhinhas), ou um talismã.

Zé Crispim como um homem sertanejo e destemido, também sentia a necessidade de uma proteção sobrenatural, então recorria às orações rituais, que em sua maioria eram realizados por seu progenitor⁴¹, um roceiro rezador, que possuía o conhecimento de orações para proteção, carregava patuás, e fazia os rituais para fechar o corpo do filho contra os inimigos, além das orações existem algumas técnicas de se fechar o corpo, como por exemplo, bolsas de mandingas, rituais que podem ser realizados em casa com alguns objetos. Crispim tinha o corpo fechado devido às rezas realizadas por seu pai também chamado Crispim, dentre várias orações que podemos

⁴⁰Os benzedeiros e rezadores, são pessoas que consagram grande parte de sua vida para unicamente ajudar aos outros. São líderes possuidores de dons espirituais e curas que vivem na comunidade.

⁴¹Informações coletadas durante o processo da pesquisa de campo, no desenvolvimento de entrevistas para o registro das memórias dos habitantes da cidade de Palmeira dos Índios, que direta ou indiretamente participaram do “caso Zé Crispim”.

atribuir o poder de “fechar o corpo”, um se destacou no caso do pistoleiro Crispim que foi a “Oração da Cabra Preta”.

Os depoentes⁴² afirmam que o pai de Zé Crispim por diversas vezes proferiu a oração buscado a proteção de seu filho, e segundo os entrevistados por este motivo Crispim sempre conseguia escapar da polícia, com suas fugas espetaculares, e o próprio também realizava a oração, pois a mesma possibilita também que a pessoa que a executa fique “*invultado*”, ou seja, se torne um vulto, imperceptível aos olhos humanos, sendo esta a justificativa apresentada pelos relatores, para explicar os mistérios que envolvia as fugas de Zé Crispim, desaparecendo dos cercos policiais sem explicação. Esta e outras orações estão presentes no imaginário popular, que acredita fielmente nos poderes das orações, dos símbolos, dos santos.

A “Oração da Cabra Preta” é apresentada no livro de São Cipriano, era um feiticeiro, dedicou boa parte de sua vida ao estudo das ciências ocultas. Após deparar-se com a jovem (Santa) Justina, converteu-se ao catolicismo. O famoso Livro de São Cipriano, uma reunião de rituais de magia. Um livro além de muito famoso, é bastante temido, porém foi possível observar nitidamente que a oração da cabra preta é uma readaptação de outras orações de São Cipriano, levando em consideração que na época de São Cipriano ano 250 d.c. não havia armas de fogo, que só foram inventadas no século XV. A primeira arma individual, amplamente usada em batalhas, é chamada de mosquete e foi criada no século XVI.

Cabra Preta milagrosa que pelo monte subiu, trazei' me Fulano, que de minha mão sumiu. Fulano, assim como o galo canta, o burro rincha, o sino toca e a cabra berra. Assim tu hás de andar atrás de mim. Assim como Caifaz, Satanás, Ferrabraz e o Maioral do Inferno que fazem todos se dominar, fazei Fulano se dominar, para me trazer cordeiro, preso debaixo do meu pé esquerdo. Fulano, dinheiro na tua e na minha mão não há de faltar, ***com sede tu nem eu não haveremos de acabar, de tiro e faca nem tu nem*** eu não há de nos pegar, ***meus inimigos não hão de me enxergar***. A luta vencerei com os poderes da Cabra Preta milagrosa. Fulano, com dois eu te vejo, com três eu te prendo com Caifaz, Satanás, Ferrabraz.⁴³

⁴²Todas as entrevistas referentes a contextualização deste capítulo foram realizadas na cidade de Palmeiras dos Índios, nos dias 17 e 18 de abril de 2014. Os entrevistados foram: Antônio Marcelino, Maria de Lourdes, José Tunino da Silva e José Antônio da Silva.

⁴³ Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/5262617/Oracao-da-Cabra-Preta>> Acessada em: 18 de abril de 2014.

Assim podemos observar o quanto a religiosidade está presente no cotidiano dos sertanejos, que por vezes usou da fé para poder superar e de certa forma conforta seus anseios diante das dificuldades impostas pela vida no sertão, esse sertanejo valente, destemido esta apoiado em suas crenças e determinações, Zé Crispim também possuía seus rituais de orações, a fé do povo sertanejo também estava presente no seu cotidiano. Fé esta que era usada para explicar as fugas misteriosas dos cercos policiais, como forma de proteção, e sair ileso das emboscadas, diante de fugas místicas a justificativa dada, era que Crispim era protegido, e diante de uma situação de risco conseguia ficar invisível aos olhos humanos. Crispim permeia a memória coletiva como um símbolo misterioso, um homem de muitas aventuras perigosas, um homem bonito, um sertanejo ora diferente ora igual aos demais, diferente por ter entrado no crime e igual quanto à religiosidade popular seu cotidiano.

6 CONCLUSÃO: Zé Crispim, o herói negativo?

Após a fase exploratória da pesquisa que nos forneceu palavras, nomes de pessoas, lugares e informações gerais para começar a problematizar os seus elementos constitutivos, observamos que as fontes documentais sobre Zé Crispim retratam tanto o perfil de um “bandido singular”, de um homem “sedutor”, “carismático” quanto de um homem “cruel”, “facínora” e “perigoso”, autor de um “rosário de crimes”, que após assassinar seu patrão passa a ter um destaque na imprensa local e nacional, Crispim era filho de agricultores e por um tempo seguiu esta profissão, entrando no mundo do crime para defender sua honra. Zé Crispim deixou de ser um agricultor e passa a “trabalhar” no crime. Considerando o contexto histórico que o país vivia na época do caso, as transformações políticas que sucederam, Crispim estava preso no emaranhado político da sua região.

O “Caso Zé Crispim” foi de intensa repercussão, os jornais locais tiveram uma grande participação na divulgação do desenrolar do caso, desde o dia do crime, a perseguição do pistoleiro no sertão alagoano, e por fim no dia em que a polícia realiza a emboscada final, resultado na morte de Crispim. Considerando as contraditórias visões sobre José Rocha (Zé Crispim), refletimos sobre os indícios que são as pistas para uma interpretação da história do crime de maior difusão cometido pelo “pistoleiro” alagoano: o de Robson Mendes – deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP) na legislatura de 1962-1966; prefeito de Cacimbinhas (1957-1959) e prefeito de Palmeira dos Índios no período de (1959-1962).

Os historiadores estão cientes do quanto os vários testemunhos registrados nas fontes documentais são portadores dos mais diferentes interesses e de intervenções na vida social, por elaborarem *representações* – que não são neutras; seus discursos expressam formas de pensar, sentir e agir. Portanto, como bem nos alerta o historiador Roger Chartier, é fundamental que o historiador ao analisar os jornais, identifique “[...] o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHATIER, 1990, p. 16).

Quer estejamos trabalhando com um documento voluntário ou um documento involuntário, as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas (BLOCH, 2002, p. 21; LE GOFF, 1998 apud LOPEZ, 1996, p. 21). As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias

socioculturais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido, o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e demonstrado pelo historiador.

Nesta linha de raciocínio, identificamos formas do imaginário da população alagoana sobre a figura do pistoleiro Zé Crispim, tendo como base as informações registradas em jornais, livros, peças, filmes, entrevistas. Após a análise das matérias dos jornais observamos nas diferentes etapas da “trilogia do crime” a mídia apresenta discussões que com o desenrolar da trama vão sendo modificadas, ou seja, apresentam diferentes posições conforme o processo de investigação, na fase do “crime”, identificamos uma frequência menor de palavras negativas com relação aos acusados, considerando que no início das investigações não existir um acusado definido, o que só foi possível no decorrer do inquérito, porém mesmo quando haviam desvendado os nomes dos assassinos, eram tratados como “membros da guarda pessoal” do político Robson Mendes.

Na etapa da “fuga”, quando já havia o conhecimento de quem eram os acusados, foi possível identificar que, os índices pejorativos passam a existir com mais frequência, como “assassinos, facínoras, entre outros” totalizam quase em 100% das matérias analisadas. Na última fase, da “morte”, as matérias apresentam com grande destaque a morte de Zé Crispim, como o grande fim de uma saga policial, em seguida alguns questionamentos são levantados com relação ao ocorrido, afinal a sentença já havia sido, antecipadamente dada. Assim podemos identificar que em diferentes momentos a produção da mídia obteve uma intencionalidade que acaba sendo modificada com o desfecho do caso.

Durante a análise do artigo publicado na *Revista Realidade* uma revista de circulação nacional escrito por Roberto Freire é apresentada a história da vida de um assassino Zé Crispim, narrando seus crimes, suas fugas, os motivos, porém o autor dá um destaque significativo para as justificativas apresentadas por Crispim, enfatizando as questões políticas que envolvem o caso, evidenciando os políticos envolvidos. Freire argumenta culpando a situação econômica e social do estado. Apresenta Crispim como vítima de um sistema arcaico, coronelista. Não como forma de justificar seu crime, e retirar dele a culpa por seus assassinatos, mas sim com uma dos motivos que levaram Crispim a entrar no mundo do crime.

Assim deparamo-nos com um imaginário em torno do pistoleiro Crispim expressas em frases como estas: “[...] as mãos de Crispim foram feitas mais para o amor do que para o ódio.” (FREIRE, 1968); “Puro charme. Dentes alvos, sorriso maroto, de fato ele impressiona. E muito, às mulheres.” “É lindo, tipo Marlon Brando.” (OLIVEIRA, 2010, p. 155); Também encontramos outros tipos de declarações: “Zé

Crispim podemos afirmar que é homem muito inteligente, embora de pouca cultura, com tendências criminosas dificilmente recuperáveis”. (Jornal de Alagoas, 17.01.1968); e “[...] tombou morto o famigerado bandoleiro Zé Crispim”. Este imaginário em torno do pistoleiro Zé Crispim está carregado de ambivalências, há o lado trágico e há o lado fantástico, o sagrado e o profano. Elas preocupam-se com problemas do tipo: é Crispim humano ou sobre-humano? Herói ou anti-herói? Inocente ou culpado? Vítima ou algoz? Frentes às vozes variadas que emergiam das fontes documentais, levantamos a hipótese, ou seja, pressupus que a violência em Alagoas é uma característica estruturante da cultura local, tradicionalmente herdada da sociedade escravocrata e que é mantida por *representações e práticas*. Essa cultura organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma na década de 1960. Dessa maneira, o crime de Zé Crispim torna-se um espetáculo.

O sensacionalismo em torno do crime foca a atenção na ponta do *iceberg* para desviar as razões históricas, as práticas truculentas da política local, seus modelos e agentes. Enfim, o Estado nesta temporalidade foi regido por esta *cultura da violência*, cuja autoridade dominante cabia aos grupos políticos privados. Em particular, os historiadores da cultura têm desenvolvido reflexões teóricas que pensam a cultura como uma categoria dinâmica das negociações políticas, dos conflitos sociais e das relações de poder nas sociedades.

Para o historiador Dirceu Lindoso, há duas elaborações intelectuais do cangaço: uma que nos diz que o cangaço tem uma constituinte histórica que ocorre num espaço “*onde antecedem formas históricas de colonização*” e outra que afirma a existência na sociedade do sertão, de uma subcultura da violência composta por grupos de vaqueiros/cangaceiros. Elas fundem-se na violência do cangaço. Considero que é neste subgrupo cultural (cangaço) que podemos encontrar elementos para explicar a trajetória do crime de Zé Crispim, pois, suas táticas expressam o mundo cultural com o qual interagiu e formou sua identidade. Ao discutir a violência do cangaço, o historiador Dirceu Lindoso, comenta seus “dois gumes: um interno e outro externo.” Observemos como o historiador caracteriza o externo:

O externo é todo aquele que se dirige contra o que vem de fora: pessoas marcadas para morrer, pessoa que se encontra e que tem de matar, pessoa que se pede para matar (crime de encomenda), os desafetos de bando [...]. O cangaceiro vive da encomenda da morte [...]. Contra o encomendado de morte não se tinha nada a perdoar. Fazia-se, porque essa era a regra cangaceira. [...]. O cangaceiro era todo ele o homem feito e preparado para matar. Por isso precisava de uma desculpa social para praticar a violência criminosa: uma ofensa feita à sua família não se sabe por quem. Era o que o ilustre historiador, Frederico Pernambuco de Mello chamou de *escudo ético*. [...]. É uma ideologia do subgrupo social. (LINDOSO, 2011, p. 188).

Zé Crispim não é um cangaceiro, mas um pistoleiro. O que difere esses subgrupos da cultura da violência é que o cangaceiro mata e todos assumem a culpa, o seu crime é um ato coletivo. Ainda segundo Dirceu Lindoso, “a essência do ato cangaceiro é o sentido do coletivo na prática criminal. O cangaceiro não tem a individualidade do pistoleiro, que é o matador sem a coletividade criminal”.

(LINDOSO, 2001, p. 188).

Frederico Pernambucano de Mello (2004) em sua obra “*Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil*” (2004) apresenta uma descrição pontuando as características que difere um cangaceiro de um pistoleiro. O cangaceiro possuía trajes coloridos, grandes chapéus, objetos de ouro e prata (que na maioria das vezes eram roubados de suas vítimas) bornais; sempre muito enfeitado; já o pistoleiro prefere a não exposição, prefere não chamar atenção. Durante os ataques os cangaceiros fazem grande bagunça, já o pistoleiro tem a descrição sua maior aliada, sempre muito sutil “Salta aos olhos que o que sobeja no pistoleiro em sutileza e discrição, falta por completo no cangaceiro, opondo-se os dois tipos, sob esse aspecto, na medida em que o velado se opõe ao ostensivo mais colorido e barulhento” (MELLO, 2004, p.73)

Entretanto, ambos são produtos da cultura do sertão do curral de boi, modelo que ao longo do tempo conformam uma moral de valentia contraditória de “herói negativo” ou da “honestidade criminal” expressas na maioria das representações analisadas no presente estudo. Enfim, podemos concluir que o contexto rural de Alagoas nos anos de 1960, onde ocorre o crime de Zé Crispim, aponta para mecanismos de uma cultura política da violência calcada nas formas históricas do autoritarismo, mandonismo e do coronelismo.

Diante de tais fatos foi possível identificar o imaginário moldado sobre um pistoleiro do interior do estado de Alagoas, formando a partir dos discursos, o que Pesavento considera “[...] as imagens e discursos não são exatamente o real, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a “um outro ausente” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Ou seja, o imaginário sobre o pistoleiro Zé Crispim faz parte de um campo de representação construído pela população local, que quando estimulada através de lembranças, o pensamento se manifesta pelas imagens que vem a mente como forma da realidade, essa imagem visual referencia a figura do pistoleiro, ao desenrolar do caso na localidade, gerando simbolizações diversificadas que são parte constituinte do real e são introjetadas social e historicamente no inconsciente coletivo.

A tentativa de recuperação dessa memória que é capaz de recriar imagens mentais quando despertadas, diante de um discurso que remeta a uma determinada situação, no caso ao assassinato do político Robson Mendes e o desenrolar do caso, enfatizando o pistoleiro Zé Crispim – permitiu despertar e recuperar outras imagens ligadas também ao medo, sonhos, afeições. Coube-nos buscar significados para tais imagens visuais, verbais e mentais.

Desta forma o passado nos chega através de fragmentos, reconstruídos do imaginário, como frações de tempo emergem nos discursos, não representam uma totalidade, são partes de uma memória. Para a historiadora Sandra Pesavento, “Tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar os historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que seja uma representação [...]” (PESAVENTO, 1995, p. 17).

O Caso Crispim nos apresentou um campo de pesquisa no campo do imaginário popular, pois foi possível identificar um leque de elaborações e visões a partir do desdobramento de um mesmo símbolo; diante de contradições que representam Crispim com um bandido cruel e facínora, a um homem bonito e sedutor, um sertanejo mergulhando em mistérios, sendo passível de várias interpretações. Considerando a cultura a qual Crispim faz parte, a cultura sertaneja, entendendo suas particularidades, com aspectos característicos, é uma cultura imbricada em costumes distintos, que vai desde práticas religiosas, a culinária, a poesia da literatura de cordel, as vestimentas, as danças, a música.

Este caso ficou marcado na memória coletiva principalmente dos moradores das cidades de Santana do Ipanema-AL e Palmeiras dos Índios-AL, gerando um simbolismo da figura do pistoleiro, após algumas entrevistas realizadas, foi possível identificar esse

imaginário, entendendo Crispim como um sertanejo e supersticioso, que possuía a capacidade de ficar *invultado* após proferir uma oração, essa religiosidade é uma característica marcante na cultura sertanejo, considerando que Crispim não é o primeiro criminoso possuidor dessas particularidades religiosas, são comuns os casos de ligação entre criminosos e “*orações para fechar o corpo*”.

Esse simbolismo que permeia a figura de Zé Crispim nos permite entender a cultura sertaneja, o imaginário sertanejo da época, dando a oportunidade de fazermos uma análise em um contexto mais abrangente, partindo de um caso específico, como relatou a advogada Dra. Maria Lígia em um bilhete que deixou junto com uma coroa de flores em seu túmulo, que dizia:

[...]da sociedade tivestes a indiferença e o desprezo madrastra, pelos anseios e sonhos de tua infância e adolescência (sim, pois tu também a tivestes...); dos “homens” que te se aproximaram recebestes a agressão de um arma e o aluguel barato e sujo de tua mão ao poder da hipócrita classe dominante, que de te se serviu enquanto fostes necessário ao seus mesquinhos interesses[...] Não fostes um herói, não fostes um santo, não fostes também bandido, não te deixaram ser um “homem” [...]. (*Jornal de Alagoas*, 06 de março de 1968).

Crispim é parte constituinte de uma sociedade, especificamente, a sociedade alagoana. Quando interpretado como um homem inserido no processo histórico de formação, nos permite identificar vários outros “Zés Crispins” que por vez tiveram ou não a mesma repercussão que o caso Crispim obteve, mas que não o classifica como único dentro de uma rede de violência que permeia a história de Alagoas. Crispim se torna um mito na memória coletiva devido aos mistérios que circundam sua trajetória, das imagens produzidas a partir dos discursos, pois o imaginário referencia o ausente, reprodução mental. Ao buscarmos essas reproduções, o imaginário coletivo que foi formando caracterizou simbolizações distintas, que permitiu moldar os pontos basilares desse imaginário coletivo. Essas imagens foram capturadas diante da troca de informações, analisando os diversos discursos, identificados nas fontes históricas trabalhadas, nos relatos dos testemunhos, nas lembranças do passado recente.

Com isso entendemos Crispim como membro de uma engrenagem que compõe a história de Alagoas, como uma peça dentro da política e da cultura do estado, não sendo um caso isolado, mas por suas particularidades ficou no imaginário popular local, identificado como um homem corajoso, bonito, cruel, inocente, culpado, vítima, herói,

facínora, entre outras características, não nos cabe um julgamento, mas sim apresentar as diversas expressões que constituem o imaginário da figura deste pistoleiro, que carrega em sua trajetória mistérios, intrigas, dor, ódio, sofrimento e amor, um sertanejo que deixou marcas, por ter feito a escolha certa (?) ou errada (?).

No imaginário coletivo da população sertaneja, Zé Crispim não foi apenas um pistoleiro que nasceu e morreu no estado de Alagoas, ele foi um homem com poderes mágicos, pois conseguia ficar invisível aos olhos humanos, possuía um charme incomum que seduzia as mulheres, foi um dos mais corajosos da região, o que tinha a melhor pontaria, um dos mais temidos. É um imaginário composto por muitas contradições, mas que nos permitiu entender a trajetória de José Rocha (Zé Crispim).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sávio. **A regência e instrumentos da política**. Texto mimeo, 1995.
- ALMEIDA, Sávio. “Raízes do Comunismo em Alagoas”. *Revista Debates de História Regional*, n. 1, Maceió: Departamento de História. Edufal, 1992.
- ANCONA LOPEZ, André Porto. “Documento e História”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: Teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- AROSTÉGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: EDUSC, 2006 (Col. “História”).
- AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.
- ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. 2. ed., org. Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ANDRADE, Mário de. **Música de feitiçaria no Brasil**. 2. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro. **História de Alagoas**. Maceió, Imprensa Oficial, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional**. Recife: Bagaço. 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc. 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O nordestino e a invenção do falo**. Maceió: Catavento. 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços**. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/zonas_de_encr_enca.pdf. Acesso em: 26 set. 2008. [2001].
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Introdução à filosofia**. 4 ed., São Paulo: Moderna, 2009.
- AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas. 1987.

BANDERIA, Moniz. **As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 2011.

BARREIRA, César. 1998. **Crimes por Encomenda**: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política. 178 pp.

BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 4, n. 8, jul/dez. 2002, p. 52-83.

BARROS, Francisco Amorim de. **ABC das Alagoas**: Dicionário Biobibliográfico histórico e Geográfico de Alagoas. Brasília: Edições do Senado Federal. Tomo II. G-Z. 2005. V. 62-B.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural Francesa: caminhos de investigação. **Fênix: revista de história e estudos culturais**, v 2, n 4, 2005.

BARROS, Luiz Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.

BARUCH, Marc Olivier. “Sociedades e regimes autoritários”. ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Sociedades e regimes autoritários**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Antropos, 1984.

BASTIDE, Roger. **Brasil**: Terra de Contrastes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEOZZO, José Oscar. Religiosidade popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 42, fasc. 168, dez. 1982.

BLOCH, Marc. **Apologia à história, ou, O ofício do historiador**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BOWKER, J. **Para entender as religiões**. São Paulo: Ática, 1997.

BRETAS, Marcos L. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”. In. **Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais**. Rio de Janeiro, nº 32. (1991). Pp.: 49-61.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**, Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da história: novas perspectivas. SP: Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e paradigmas rivais**. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). Domínios da história. SP: Campus, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. SP: Edusc, 2005.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense. 2002.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes. 1999.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A nova história cultural existe?** In: PESSAVENTO, Sandra. História e linguagens. RJ: 7 Letras, 2006.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados , 1991.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, rei dos cangaceiros**. Trad. Sátira Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Arrisete C. L. **Maceió Medúscica: análise histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura - 1930/40**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPE, Recife, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias do perdão e seus narradores na França do século XVI**; tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6 ed. São Paulo: Cortez. 2001.
- DOSSE, François. **“Maio de 1968: efeitos da história sobre a história”**. IN: A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. De Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DUBY, Georges. **A história cultural**. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- DUBY, Georges. **Problemas e métodos em história cultural**. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. SP: Cia das Letras, 1989.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Trad.: Hélder Godinho. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

- DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Trad.: Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo – USP, 1988.
- DURAND, G. **Ciência do homem e tradição** – O novo espírito antropológico. Trad.: Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 2008.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 13.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- ELIAS, Norberto. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: JZE, 1994.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos; gênero e lutas**, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.
- FALCON, Francisco. **História cultural**. RJ: Campus, 2002.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERREIRA, Rute Lopes Vasconcelos. **A cultura de violência em Alagoas: um estudo de representação social**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- FERRETTI, Sergio F. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FILHO, Ciro Marcondes. “Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira”. IN: **São Paulo Perspectiva**. Vol. 15, n. 2. São Paulo. Abr./jun., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200004>
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Fundação UNESP, 1997. (Biblioteca básica).
- FREITAS, Décio. “O Sindicato da Morte”. IN: **Brasil Inconcluso**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1986.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Companhia da Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. SP: Cia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIRARD, Augustin. As investigações sobre as práticas culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Paz e terra, 3ª Ed, 2008.

GUTEMBERG, Luiz. “O processo crispim”. IN: **Revista de Teatro**. Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Agosto de 1978, p. 39-67.

HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. SP: Martins Fontes, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Os Bandidos**. - 4 ed. – São Paulo: Paz e terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1959).

HOORNAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1990.

ISAMBERT, François André. **Le sens du sacré: fête et religion populaire**. Paris: De Minuit, 1992.

IVO, Lêdo. **O ninho de Cobras**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

JAMESON, Fredric. “Periodizando os anos 60”. In: **Pós-modernismo e política**. 2ed. Organização de Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81 – 126.

LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liana Sálvia. **O Que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros passos; 309.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 4ª. ed. UNICAMP. Campinas, 1998.

LE GOFF, Jacques (dir). **A história nova**. SP: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. **As mentalidades: uma história ambígua**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província – estudo da cultura alagoana**. 2ª ed. Maceió: Edufal, 2005.

LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2011.

LINDOSO, Dirceu. **Uma Cultura em Questão**: a alagoana. Maceió: Edufal, 1981.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAJELLA, Geraldo de. **Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975-1988)**. Maceió: EDUFAL, 2006.

MARCONDES FILHO, CIRO. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo Perspec.*[online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 20-27. ISSN 0102-8839.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: A Girafa, 2004.

NEVES, L. A. **Memória e história**: potencialidades da história oral. *ArtCultura*, Uberlândia, nº 6, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Jorge. **Curral da morte**: o impeachment de sangue, poder e política no nordeste, Rio de Janeiro: Record,2010.

ORY, Pascal. A história cultural tem uma história. **Revista de História Regional**, n 15. 2010.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. SP: Autêntica, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. SP: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história : imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.

PRIORE, Mary Del. **História do cotidiano e da vida privada**. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da história*. SP: Campus, 2011.

RAMOS, Arthur. **Estudos de folk-lore**: definições e limites, teorias de interpretação. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante do Brasil, 1958.

REMÓND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisbaldo Paulo. **Representação e narrativa: usos e abusos**. Em tempo de histórias 8, 2004.

ROCHA, Manoel. **Folheto Avulso**. Janeiro de 2013.

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Sociedades e regimes autoritários**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

ROIZ, Diogo da Silva. **A nova história cultural**: questões e debates. *Pensamento plural* 2, 2008.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **O Imaginário**. In: ALMEIDA, Leda Maria de (org). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. João Pessoa: Ed. UFAL / UFGP, 2005.

SILVA, Célia Nonata. **Territórios de Mando: banditismo e criminalidade em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte, Crisálida, 2007.

SILVA, Célia Nonata; DIAS, Renato. **Justiça privada e Banditismo: Um estudo sobre as Formas de Acomodação do Poder no Brasil Setecentista**. Disponível em:http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=88:justica-privada-banditismo&catid=54:dossie-historia-crime&Itemid=59

SCHMITT, Jean-Claude. “A história dos marginais”. IN: LE GOFF, Jacques & REVEL, Jacques. **A nova história**. Gráfica de Coimbra Ltda. Coimbra, 1990.

SUSS, Günter Paulo. **Catolicismo popular no Brasil: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida**. São Paulo: Loyola. 1979.

SWAIN, Tânia Navarro. **Você disse imaginário?** In: *História no plural*. Brasília: Ed. UNB, 1994.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das Oligarquias**. Curitiba: HD Livros, 1997.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELHO, G. & KUSCHINIR, K. **Mediação, Cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. *Tempo* [online]. 2005, vol.9, n.18, pp. 171-195. ISSN 1413-7704.

VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

Bando de dados elaborado para a realização das entrevistas.

1. Nome completo
2. Onde e quando nasceu?
3. Quem foram seus pais?
4. Como foi sua infância?
5. Descreva a cidade de Palmeira dos Índios?
6. Como era o cotidiano da cidade?
7. Qual função exerceu na cidade, teve alguma formação profissional?
8. Como era a sua vida em Palmeira dos Índios?
9. Como era sua relação com os movimentos políticos da cidade?
10. E os anos 60?
11. Qual a relação da sua família com a política?
12. Conheceu o ouviu falar no pistoleiro Zé Crispim?
13. O senhor (a) acompanhou o caso, de que forma?
14. Como foi o primeiro contato com o caso Zé Crispim?
15. O que os jornais relatavam?
16. Chegou a ver Zé Crispim?
17. Qual a opinião que o senhor (a) ouvia das pessoas (familiares e amigos) sobre Zé Crispim?
18. Qual era a reação das pessoas diante do caso Zé Crispim?
19. Qual a sua opinião sobre Zé Crispim?

ANEXO B

Matérias dos jornais (Jornal de Alagoas, 09 de março de 1967).

RADIO PROGRESSO
DUÇAM
TELEFONE 28-30
FUNDADO EM 31 DE MAIO DE 1918

JORNAL DE ALAGOAS 6 PÁGINAS
NCR\$ 0,15

ORGÃO DOS DIÁRIOS E RÁDIO ASSOCIADOS
O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NO ESTADO

ANO — 58º
EDIÇÃO N. 56
MACEIÓ — QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1967

SANGUE VOLTOU A CORRER NA POLÍTICA ALAGOANA: 32 TIROS CEIFARAM ONTEM VIDA DE ROBSON MENDES

Foguete Francês Sobe ao Espaço Levando Macaco
HAPNACUIR (Sara ar. gelino) (UPI) — A França lançou hoje às 7h e 45m (hora de Brasília) o foguete "Vesta", portador da maquiagem "Martine". Após haver alcançado uma altitude de 240 quilômetros, o foguete iniciou a descida, abrindo-se, pouco depois, o seu pára-quedas. Dezoito minutos depois do lançamento, a cápsula aterrissou a uma distância de uns 200 quilômetros da Base.

A tripulante comportava-se tal como fora previsto, afirmaram os especialistas dos aparelhos de controle. "Martine" é uma moça jovem, particularmente enérgica, e sua exuberância como cosmopolita foi para o estudo das variações do nível de vigília e coordenação motora de um animal colocado em situação que foge ao hábito da gravidade.

Bob Kennedy Foi Ameaçado de Morte em Nova Iorque
NOVA IORQUE (UPI) — A Polícia desta cidade organizou um sistema excepcional de segurança em defesa do senador Robert Kennedy em virtude de ameaças contra sua pessoa por parte de um indivíduo que prometeu mata-lo caso o presidente do Sindicato dos Carreiros, James Hoffa, seja enviado à prisão.

Hoffa deverá apresentar-se em Washington a fim de ser recolhido ao cárcere para cumprir sanção judicial de 8 anos. Bob Kennedy foi um dos iniciadores do processo movido pelo Governo contra ele, quando era ministro da Justiça no governo John Kennedy.

A rivalidade entre Bob e Hoffa começou em princípio. (Conclui na 2ª página)

Secretário de Segurança Dirigiu Pessoalmente As Diligências
Tão logo a notícia do tráfego do ex-deputado Robson Mendes chegou, imediatamente, autoridades policiais da Delegacia Regional situada em Palmeira dos Índios, onde começaram a fazer buscas em todas as fazendas situadas no município de Cacimbinhas com destino a uma outra situada à margem da Rodovia Palmeira-Maceió, em uma camburão de sua propriedade, acompanhada de três pessoas das quais não se conhece o destino, quando interceptado por quatro automóveis, reboque e uma caravana de balas partidas de metralhadoras, revólver e fuzil, num total ao que se informa de 32 balas, e não pôde escapar qualquer gesto de defesa, tombando imediatamente ferido.

Um dos acompanhantes, que ficou boitado numa das pernas conseguiu chegar a Palmeira dos Índios, onde comunicou o fato aos familiares do ex-parlamentar, exatando sua identidade estritamente, sendo mantida em sigilo, bem como seu paradeiro.

No Hospital Regional Santa Rita, a solicitação do cadáver foi feita pelo Dr. Marcos Morais na madrugada de ontem. Urgiu o corpo sido trasladado para a residência da vítima, na Praça da Independência, com a chegada dos seus familiares: o pai, o filho, e deputado Roberto Mendes e o Sr. Walter Mendes, irmão da vítima.

Estadamente as quinze horas e vinte minutos de ontem, o ferido do ex-deputado foi entregue para o Cemitério de São Gonçalo, onde foi sepultado ao lado dos restos mortais do seu pai, também ex-deputado. Humberto Mendes, desaparecido no trágico episódio da Assembleia Legislativa em 1957.

Diretas de carros acompanharam o cortejo. Assustados e puros foram levar Robson. Enquanto até uma última ordem, em meio à contumácia geral que domina a cidade desde o momento em que foi anunciado o tráfego do ex-representante de Palmeira dos Índios na Assembleia Legislativa.

O comércio palmeirense fechou na tarde de ontem e o prefeito João Soares decretou. (Conclui na 2ª página)

MENTE ÚNICA CONTRA DE GAULLE NA SEGUNDA ETAPA DAS ELEIÇÕES



ANEXO C

Matérias dos jornais (Jornal de Alagoas, 25 de Janeiro de 1968).

PISTOLEIROS JÁ ESTARIAM ENCURRALADOS EM A. BELAS

Notícias extra oficial, não confirmada e nem desmentida pela Secretaria de Segurança, dão conta de que os pistoleiros Zé Crispim, Zé Gago e Claudeliz Tenório, acham-se homiziados em uma fazenda do município de Aguas Belas.

Dezenas de policiais de Pernambuco rastearão toda as áreas daquela cidade auxilia-

dos pela polícia de Alagoas, e a qualquer momento poderão localizar os três criminosos, no local onde estão escondidos.

NAO SE ENTREGARAO

Segundo a mesma fonte, os pistoleiros já adquiriram armas e munições e, liderados por Crispim estão dispostos a

não se entregarem, mesmo com o risco da própria vida, prontos e enfrentar a polícia em qualquer circunstância.

Comentava-se também nos corredores da Secretaria de Segurança, que velhos oficiais da polícia alagoana, já se encontram nas redondezas de Aguas Belas e Bom Conselho, efe.

(Conclue na 2a. página)



NA PISTA DOS FUGITIVOS — Comandados pelo Cel. Aleides, esta diligência vasculha todo sertão alagoano, em busca de prender os pistoleiros Zé Crispim, Zé Gago e Claudeliz. Mudando de rota, estes policiais, auxiliados pela polícia de Pernambuco, procuram no município de Aguas Belas, o paradeiro dos bandidos, que armados estão dispostos a enfrentar os seus seguidores.

ANEXO D

Matérias dos jornais (Jornal de Alagoas, 05 de março de 1968).

Morte de Crispim tornou ainda mais denso mistério que envolve sua fuga

Com a morte de José Crispiniano da Rocha — Zé Crispim —, torna-se ainda mais denso o mistério que envolveu não somente sua fuga do Presídio Velho como também a própria existência do Sindicato da Morte em nosso Estado, cujas ramificações não podem ser relegadas a plano secundário, desde que atuantes quando da presença dos bandidos no sertão alagoano.

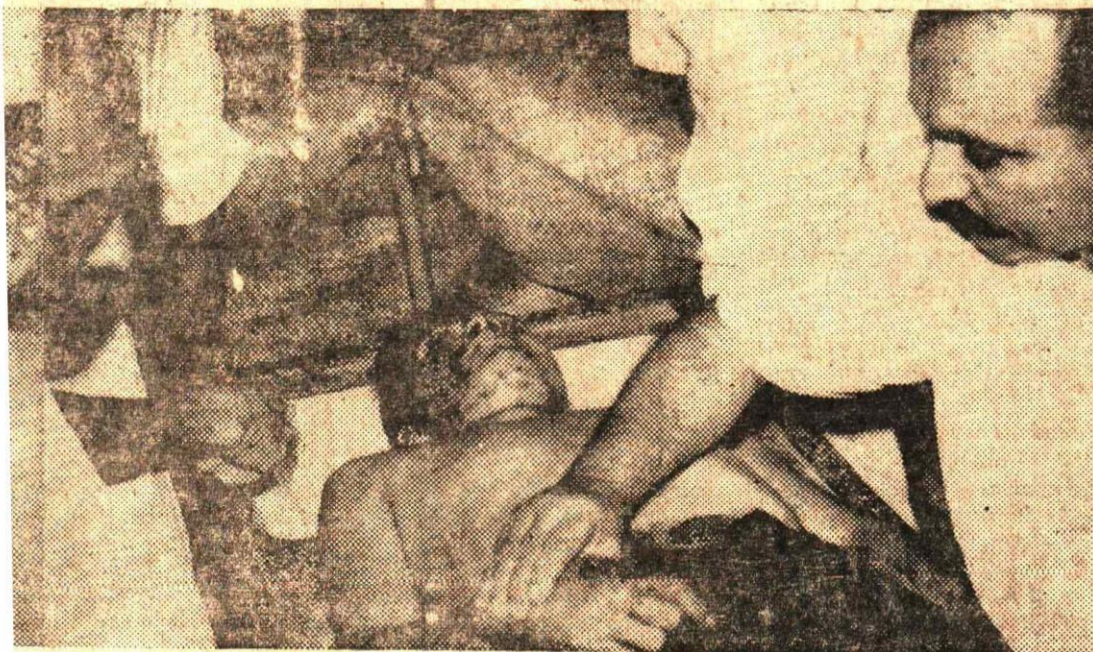
De certa maneira, a curiosidade popular não pôde ser satisfeita, com a revelação dos detalhes que envolveram a e-

vação dos três criminosos daquele estabelecimento penal, visto que o principal deles — a que eram atribuídos mais de uma dezena de crimes — foi morto em circunstâncias até então estranhas, por uma volante policial comandada por um antigo oficial da nossa milícia, com vasta experiência em missões de tal natureza e, como tal, interessado diretamente na sobrevivência do facinora, já que não acreditava — conforme declarações suas prestadas à reportagem "associada" — na pretensa fu-

ga de Gago, Crispim e Claudeliz, da maneira como foi dada ao conhecimento público pelas autoridades que estavam responsáveis pela guarda do Presídio.

QUEM ATIROU?

Um único projétil, pertencente a uma arma de cano curto — possivelmente de calibre "38" — ceifou a vida de Zé Crispim, pondo termo a uma existência onde o crime foi o principal constante. Uma arma, utilizada não se sabe por quem, não pertencente — (Conclue na 4a. Pagina)



Crispim foi ex-
rado na regi-
r direito, cu-
para chega

pôsto à visitação popular. Apresentava dois ferimentos à bala, sendo um
ão dorsal direita, saindo na região clavicular, trespassando o pulmão direito.
jo local é indicado pelo médico legista Dula Calado, provocou grande der-
r até o local onde se encontrava homiziado o facinora